

...a d'ũa uer melha  
...de mar...amã  
...dois dom Fernando  
...o P. de Portugal  
...de Capitania de  
...a d'ũa uer melha  
...de mar...amã  
...dois dom Fernando  
...o P. de Portugal  
...de Capitania de  
...a d'ũa uer melha  
...de mar...amã  
...dois dom Fernando  
...o P. de Portugal  
...de Capitania de

ECAPRICORNIO

longe, requem-las por 1 to. 250.

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

...dois dom Fernando  
...o P. de Portugal  
...de Capitania de  
...a d'ũa uer melha  
...de mar...amã  
...dois dom Fernando  
...o P. de Portugal  
...de Capitania de

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**  
Dom Bruno Gamberini

**MAGNÍFICO REITOR**  
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR**  
Prof. Pe. Wilson Denadai

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**  
Prof. Marco Antonio Carnio

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**  
Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**  
Prof. Antonio Sergio Cella

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves  
Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zулzke Trujillo

**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
Diretora: Profa. Lilia Inês Zanotti de Medrano

**Endereço para Correspondência:**  
Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal 109 - 13001-970 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXXVII - Nº 196 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 2005**

---

## SUMÁRIO

Cartas de Campinas .....	3
Odilon Nogueira de Matos	
Cabral: antes e depois do achamento do Brasil .....	5
Vasco Mariz	
O Instituto Agrônômico de Campinas na Administração Daffert (1887 - 1897) .....	33
Duílio Battistoni Filho	
O Malón de 1801 .....	41
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Cemitério de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá .....	43
Regina Dragiça Kalman	
Campinas na "Peregrinação" de Zaluar .....	47
Augusto Emílio Zaluar	

A Obra de Câmara Cascudo ..... 61  
Hitoshi Nomura

Uma tentativa de Preservação da Memória Documental da Antiga  
Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais ..... 65  
José Antônio de Ávila Sacramento

### **Textos (Sugestões para seminários)**

Do Foral de Duarte Coelho (24-9-1534) ..... 75

Como os Pagãos Viam os Cristãos (Celso) ..... 76

### **Estrangeiros que escreveram sobre o Brasil**

Pedro Godofredo Bertichem (1796 - ?) ..... 77

### **Rabiscos de um Escrevinhador**

426. Centenário de um Grande Viajante ..... 81

427. Wanderley Pinho ..... 82

428. Relatório Confidencial ..... 84

429. Do Romance à Ópera ..... 85



## CARTAS DE CAMPINAS

Odilon Nogueira de MATOS

Conforme referências em artigos anteriores, em 1865 passou por Campinas a expedição militar destinada a combater os paraguaios no sul de Mato Grosso. Por dois meses permaneceu em nossa cidade, acampada no velho Largo de Santa Cruz, precisamente no recanto hoje denominado “Praça Heróis de Laguna”, de cuja história também já me ocupei. Integrava a expedição um jovem oficial de engenharia que, mais tarde, com o título de Visconde de Taunay, se tornaria uma das figuras mais notáveis do Segundo Reinado, como escritor e político. Na época, era apenas o Segundo Tenente Alfredo d’Escragnole Taunay.

Taunay tinha vocação para a epistolografia. Escrevia muito. Não perdia mala postal. Basta dizer que, nos dois meses em que permaneceu em Campinas, escreveu 22 cartas ao pai e a uma irmã. E continuou escrevendo durante toda a longa jornada até o sul de Mato Grosso. São cartas singelas, certamente nunca destinadas à publicação, mas que revelam, na sua singeleza e até ingenuidade em alguns casos e banalidades em outros, traços do caráter do missivista. É preciso lembrar que Taunay era jovem de pouco mais de vinte anos, muito mais interessado, no caso de Campinas, nas festas, nos saraus, nos bailes que a todo instante a sociedade campineira prodigalizava aos oficiais da expedição, do que propriamente nas tarefas atinentes às suas funções de oficial de Engenharia.

Daí as referências freqüentes à vida social da pequena cidade que era então Campinas. “Temos sido tratados pelos campineiros com a mais viva cordialidade. Aliás, se diz que são muitíssimo mais dados que os demais paulistas, gente geralmente retraída e tristonha. Em Campinas

reina uma comunicatividade extraordinária (...) As moças e senhoras daqui são muito amáveis, conversam animadamente; já tivemos convites para diversos bailes e saraus”, escreve numa das primeiras cartas, como que antevendo que da permanência em Campinas lhes ficariam as mais agradáveis recordações.

Adiante, descrevendo um baile: “Demos um sarau à alta sociedade e se apresentaram muitas senhoras no rigor das toilettes, ombros descobertos bem decotados e com profusão de brilhantes. É a terra deles. Meninas tinham grandes broches de três, quatro e seis contos de réis. Dançou-se até as três da madrugada e houve sempre muita alegria”. Em outra: “A nossa permanência em Campinas tem sido a mais agradável, já que não sei a quantas festas, saraus, bailes e jantares temos assistido”. E por aí afora.

Nas cartas do jovem Taunay encontra-se de tudo: informações sobre a cidade, pessoas com quem se relacionou, construções, fazendas, produção agrícola, etc.

Merecem destaque as referências à matriz nova (a catedral de hoje) estão em construção. Taunay foi consultado sobre o projeto a ser executado para a conclusão das obras. Mais ainda: sugeriu a Sampaio Peixoto, presidente da comissão construtora, que fosse ao Rio de Janeiro a procura de pessoal habilitado para o remate da igreja, Sampaio conversou longamente com o pai de Taunay, professor da Escola de Belas Artes, que elaborou um projeto para a conclusão da igreja. Esta, entretanto, só se concluiria quase dez anos depois e nunca mais se falou nos projetos de Taunay. Que teria sido feito deles?

As cartas de Taunay permaneceram inéditas até 1944, quando foram publicadas pela Biblioteca Militar numa edição comemorativa do centenário do escritor, transcorrido no ano anterior. É com prazer que anuncio aos interessados na “memória campineira” que as cartas de Taunay, escritas de nossa cidade, foram republicadas em nossa “Notícia Bibliográfica e Histórica”.



## CABRAL: ANTES E DEPOIS DO ACHAMENTO DO BRASIL

*Quem tem azar no mar a ele não deve voltar!*

Vasco MARIZ

Pedro Álvares Cabral é um nome conhecido por quase todos os brasileiros e muitos portugueses. Os cronistas e historiadores portugueses ao longo do tempo não deram muita atenção ao descobridor do Brasil e só no fim do século XIX é que passaram a investigar a sua vida e a verdadeira significação de sua viagem à Índia e da sua descoberta do Brasil. Já era tarde demais, os documentos desapareceram com o tempo e a realidade é que não se sabe exatamente nem sequer a data de seu nascimento, nem de sua morte, além de vários pormenores importantes de sua vida. Ao final do século XX, poucos anos antes das comemorações dos 500 anos da descoberta, os historiadores fizeram um esforço supremo, em vão, para descobrir fatos sobre a vida de Cabral que alterassem as informações disponíveis. Cabe, no entanto, bastante espaço para especulações sérias e é o que farei neste ensaio.

Ele não podia usar o sobrenome Cabral, reservado apenas ao seu irmão mais velho, o morgado – como se dizia e ainda se diz em Portugal – quando foi escolhido para chefiar a maior expedição marítima da época, em 1499, com 10 naus e 3 caravelas. O rei D. Manoel, o Venturoso, utilizou no documento de nomeação o nome de *Pedr'Álvarez Guouveia*. É verdade que isso só ocorreu nos dois primeiros instrumentos, mas já na carta escrita pelo monarca aos seus sogros reis da Espanha a 29 de julho de 1501, ele já utilizou o sobrenome Cabral referindo-se ao navegador. Em

outros documentos também já aparece o sobrenome Cabral. Aliás, o chamado “Piloto Anônimo”, no primeiro texto publicado sobre a viagem de Cabral, de 1507, menciona o sobrenome Cabral.

Sua mocidade tem numerosos pontos obscuros e, depois de seu *achamento* do Brasil e de sua espetacular viagem à Índia, bem pouco se sabe sobre a sua maturidade. Os organizadores do livro *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, publicado em 1999 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, confirmam: “dele pouco se sabe”. Mas afinal quem foi Pedro Álvares Cabral? Por que sua imagem se apagou tanto no decorrer dos séculos? O seu retrato habitualmente reproduzido, um medalhão no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, seria verdadeiro e ele mesmo já o viu pronto e julgou a sua barba “demasiado pontuda”... Max Justo Guedes reproduziu, em seu belíssimo livro sobre o descobrimento do Brasil, um painel situado na Sé de Vizeu, *Adoração dos Reis Magos*, do famoso pintor Grão Vasco, onde a figura ajoelhada seria Cabral. Vamos tentar desvendar alguns de seus mistérios, mas desde já não prometo muito.

A bibliografia hoje é numerosa, mas persistem várias perguntas no ar. Agora ilustres historiadores portugueses preocupam-se com ele, mas quem talvez melhor escreveu sobre o personagem e sua viagem à Índia foi o estudioso norte-americano William Brooks Greenlee, que publicou em Londres, em 1938, o livro *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from Contemporary Documents and Narratives*. No Brasil, o livro mais completo sobre o assunto foi publicado em 1999 por Walter Galvani – *Nau Capitânia*. Não é uma obra rigorosamente acadêmica, quase romanceada, pois Cabral por vezes fala na primeira pessoa. Entretanto, o autor pesquisou durante quase cinco anos em Portugal e Espanha sobre o assunto e o volume de informações é excelente. Também em 1999 Paulo Roberto Pereira, publicou *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*, que merece toda a atenção por se tratar de documentos. Vamos seguir o roteiro de Greenlee, que é preciso e conciso, enriquecendo-o com achegas de outros cronistas e historiadores. Grandes vazios persistem, o que nos permite especular cautelosamente e dar asas à nossa imaginação. Os leitores tirarão suas conclusões.

Pedro era o filho segundo de Fernão Cabral, de família nobre. Teria nascido em 1468 ou 1469, em Belmonte, na Beira, na época um vilarejo de uma centena de habitantes apenas, que fica a mais de 300 km de Lisboa, então distância considerável que levava muitos dias de marcha para percorrer. Pedro teve nada menos de dez irmãos: quatro rapazes e seis moças, além de outro irmão bastardo. Seu pai era um fidalgo que foi alcaide – mor de Belmonte e da Guarda, corregedor de justiça das comarcas da Beira e de Ribacoa, e membro do Conselho Real. Assim, Pedro foi criado na austeridade da região serrana das Beiras e, tal como seu pai – conhecido como o gigante da Beira – ele era também um rapaz alto e forte. Nascera em uma abastada casa e seus antepassados haviam realizado notáveis feitos de bravura registrados na história de Portugal, de que Pedro foi ensinado a orgulhar-se. Sua mãe, Isabel de Gouveia, era uma rica herdeira, filha de João Gouveia, alcaide de Castelo Rodrigo. Ele devia recordar-se, quando tinha 7 ou 8 anos, das providências tomadas por seu pai para organizar em sua província as forças que o príncipe D. João levou da Guarda para Castela, em auxílio a D. Afonso V, que lutava pela coroa espanhola.

Era praxe da alta nobreza da época enviar seus primogênitos à corte, em Lisboa, a fim de receberem a educação própria da classe. É claro que essa educação era limitada e se resumia em cultura geral da época, aprendizado das armas e como comportar-se no cerimonial da corte. Seu irmão primogênito João Fernandes Cabral, o precedera na corte. Pedro lá chegou em 1478 aproximadamente, isto é, com dez anos de idade apenas. Em 1484, um ano depois da morte de sua mãe, aos dezesseis anos de idade, já estava entre os moços fidalgos da casa de D. João II sob o número 37, em uma lista de 54 rapazes. Recebia mil reis mensais (essa era a moeda da época), inclusive moradia. O que sucedeu depois é o primeiro mistério da vida de Cabral, isso se aceitarmos o ano de 1468 como sua data de nascimento (outros autores afirmam que nascera em 1469). Aos dezoito anos de idade, foi promovido a escudeiro da Casa Real e, em 1488 ou 1489, afirma Max Justo Guedes,

*“tanto o primogênito quanto Pedro Álvares ganharam as esporas de cavaleiros, o que deve*

*ter acontecido em Marrocos, talvez em Arzila, e receberam então a tença de conjunta de 26.000 réis.”<sup>1</sup>*

Ocorreu então um fato importante em sua vida: Pedro foi contaminado em Marrocos pela malária, enfermidade que o atormentou até o fim de sua vida. A malária lhe provocava fortes dores de cabeça, visão turva, febre e tremores., que surgiam regularmente, sem esperança de cura. Dizem os historiadores que, em Calicute, por ocasião do resgate dos sobreviventes do assalto à feitoria, foi tomada da importante decisão sobre se deviam bombardear a cidade ou não, ele estava atormentado por forte crise de malária e isso pode ter afetado a clareza de sua mente. O leitor deve reter este pormenor de que Cabral sofria de ataques regulares de malária, o que pode ter sido fator crucial para o seu destino tão ingrato.

Em 1494, faleceu o pai de Cabral e o morgado João Fernandes assumiu o castelo, o solar e a administração dos bens. Pedro tinha 25 ou 26 anos de idade. A 6 de maio daquele ano, os dez filhos de Fernão e Isabel de Gouveia encontraram-se para decidir a herança paterna, mas não houve disputa entre eles. A cada um tocou uma boa renda, informa Walter Galvani. Com a morte de João Fernandes em 1516, Pedro assumiu a direção dos negócios da família e teve formalmente o direito de utilizar o nome de Pedro Álvares Cabral.

Parece segura a notícia de que ele combateu em Ceuta e no Marrocos como oficial superior e lá se feito notar por sua bravura, mas não há pormenores disso. Portanto, como ele esteve no norte da África, fez pelo menos duas viagens marítimas de ida e volta. Menciono este fato porque li em alguma fonte que Pedro jamais teria pisado em uma nau antes de partir para a Índia. Ora isso não parece aceitável, pois como entender que o capitão-mor de uma caríssima expedição com 13 velas, muitas delas comandadas por veteranos como Bartolomeu Dias – que havia descoberto o cabo da Boa Esperança – ou Nicolau Coelho – um dos comandantes da frota de Vasco da Gama – se nada conhecesse de marinaria? Parece-me um contra-senso que o chefe da maior expedição marítima enviada por

---

<sup>(1)</sup> Guedes, Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, 2000, página17.

Portugal ao Oceano Atlântico fora um neófito dos mares! Embora fosse um nobre, que respeito receberia de seus principais subordinados?

Persiste porém o grande mistério: por que motivo teria Cabral sido escolhido para chefiar uma missão de tanta responsabilidade? Pedro não era um almirante, mas ia comandar os melhores capitães de Portugal e, portanto, deveria ter evidentes qualidades de inteligência, firmeza, competência, seriedade, prudência e coragem para fazer-se respeitar por seus comandados nos momentos difíceis do percurso. Pedro devia saber como impor respeito a capitães e marinheiros, em uma época em que eram freqüentes as rebeliões e motins a bordo, pelos motivos mais variados. Em suma, Pedro foi escolhido pelo rei D. Manuel, mas devemos concluir que deve também ter recebido o respaldo dos grandes da corte e dos navegadores experimentados. O próprio Vasco da Gama o teria indicado ao monarca. Afinal aquela era a maior expedição já organizada em Portugal, com gastos enormes, e que teria a importantíssima missão de estabelecer relações permanentes com o Samorim de Calicute, lá instalar uma feitoria portuguesa e iniciar uma corrente de comércio que iria enriquecer o país, acabando com o monopólio de Veneza, Gênova e Florença, as cidades-estado que controlavam o comércio das especiarias, e o predomínio dos mercadores árabes. O almirante Max Justo Guedes lembrou-me também que, em geral, o capitão-mor das grandes armadas lusitanas da época era uma grande personalidade, de família nobre, que exercia uma espécie de comando político em nome do rei, ao passo que as responsabilidades da navegação cabiam aos pilotos e aos mestres.

A expedição de Cabral era, portanto, muito mais ambiciosa do que aquela dirigida por Vasco da Gama, que se destinara apenas a descobrir o caminho das Índias, explorar as possibilidades de comércio com a região e trazer amostras das mercadorias que seriam negociadas. Então – é claro – havia razões de peso para confiar tanta responsabilidade nos ombros do jovem senhor Gouveia. Destarte, podemos concluir que ele seria mesmo uma personalidade digna do maior respeito e possuidor de qualidades indiscutíveis, ou então D. Manoel teria escolhido Bartolomeu Dias ou outro capitão experimentado. Lembro que Vasco da Gama escusou-se a partir alegando cansaço, intenção de casar-se e saúde precária

no momento, mas D. Manuel comprometeu-se por escrito que, em outra oportunidade, ele seria o comandante da próxima armada.

*“PedrÁlvares, como o chamavam os amigos, inspirava confiança pela sua seriedade. Muito compenetrado, parecia mais velho do que era. Logo atraía as atenções pela elevada estatura, a esbelteza, os longos cabelos e as pernas compridas., tortas pelo hábito de cavalgar. (...) D.João II nele prestara atenção, tanto que fizera uma observação a seu secretário Garcia de Rezende, dizendo: “homem fidalgo de bom saber, muito auto. Moço avisado, mas muito afável e educado.”<sup>2</sup>*

D. Diogo Diniz, bispo de Ceuta, ao pregar na missa que antecedeu a partida da grande frota para a Índia, elogiou suas proezas na África. Nessa ocasião ele já havia recebido o hábito da Ordem de Cristo sete anos antes, com uma tença – pensão permanente – de 40.000 réis. No entanto, já se escreveu que Pedro foi escolhido por D. Manuel “sem que se conheçam os serviços concretos por que recebe privilégios e é chamado para o exercício de cargos honrados”. As considerações acima parecem contradizer tal afirmação.

Creio, assim, que não é ousado afirmar que o senhor Pedr’Álvares de Gouveia tinha mesmo amplos méritos que levaram à escolha do seu nome, sem maiores objeções, embora ele não fosse exatamente um homem-do-mar e tivesse apenas 32 anos de idade na época da partida para a Índia. Anos mais tarde, o grande Afonso de Albuquerque chamou-o de “homem avisado” e Gaspar Correia, considerou-o “de bom saber, muito auto para isso”.. Não foi, portanto, por simples pistolão político ou nobiliárquico – ele nem morgado era – que Pedro foi nomeado capitão-mor de tão numerosa e custosa frota.

O ilustre historiador português Jaime Cortesão comenta:

---

<sup>(2)</sup> Galvani, Walter – *Nau Capitânia*, Rio de Janeiro, 1999, página 62.

*“Como pessoa culta, não seria inteiramente desconhecedor dos problemas relacionados com a navegação, tão apaixonantes então em Portugal, embora tudo leve a crer que anteriormente ao grande feito imortalizador de seu nome não tenha efetuado outras viagens marítimas, além das minguadas distâncias que de Portugal separam os portos de Marrocos. E isto porque é de crer que em terras marroquinas teria praticado os serviços e demonstrado os merecimentos assinalados na carta régia de 13 de abril de 1497”.*<sup>3</sup>

Falta salientar que Cabral era muito religioso e devoto de Nossa Senhora da Esperança, cuja imagem ele levou em sua viagem e que ainda existe em uma capela franciscana de Belmonte.

Três dos navios de Gouveia eram caravelas redondas. Uma delas, a *Annunziata*, era a mais veloz e pertencia a D. Álvaro de Bragança e ao armador florentino Bartolomeo Marchioni; outra era de propriedade do nobre português D. Diogo da Silva e Menezes; as demais foram armadas pelo próprio governo português. Os melhores pilotos estavam a bordo e o comandantes eram Bartolomeu Dias, seu irmão Diogo, Pero de Ataíde, Nicolau Coelho (que havia acompanhado Vasco da Gama à Índia), o espanhol Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina, Luiz Pires e Gaspar de Lemos, segundo o Livro das Armadas na Biblioteca da Ajuda. O substituto de Cabral era o espanhol Sancho de Tovar, há anos a serviço de Portugal, onde conquistara muita consideração.

O almirante Guedes esclarece em seu livro que

*“A nau era navio bastante bojudo (sua boca era de cerca um terço do comprimento da quilha), acastelado na proa e na popa, três masts, – traquete,*

<sup>(3)</sup> Cortesão, Jaime – *Teoria geral dos Descobrimientos Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

*grande e mezena – os dois primeiros utilizando pano redondo retangular, com suas grandes vergas recebendo papa-figos e gáveas, e o terceiro utilizando pano bastardo (latino triangular), e além desses mastros havia na proa o gurupês com sua vela denominada cevadeira. A capacidade de carga era superior a das caravelas; no entanto eram bem menos veleiras que estas, pois a sua capacidade de bolinar (navegar contra o vento) não ia além de 90° do vento verdadeiro”.*<sup>4</sup>

Antes que a expedição de Pedro Álvares Cabral se aproxime dos mares da Índia parece-me oportuno lembrar rapidamente a conjuntura comercial da época e a posição de Portugal. Os fluxos de comércio na Idade Média demonstravam que os europeus não podiam mais viver sem as especiarias que chegavam do Oriente. Caravanas de camelos as traziam até Constantinopla e naus árabes as levavam da Índia e da China até os portos do Egito. Da velha Bizâncio e de Alexandria as galeras venezianas e genovesas levavam as especiarias aos portos do Mediterrâneo e até mesmo ao norte da Europa. Por isso, no século XIV Veneza era a nação mais rica do continente. Os produtos preferidos eram perfumes, condimentos, vinhos especiais, incenso e até drogas para fins medicinais. Os lucros eram espetaculares, mas em 1453 os turcos tomaram Constantinopla e, por essa rota, cessou esta importante corrente de comércio.

Portugal era um reino modesto, com apenas 1.100.000 habitantes, mas sonhava alto. Em 1415, os portugueses capturaram Ceuta, no norte da África. No entanto, seus esforços por conquistar o Marrocos fracassaram. Era demais para seus recursos humanos e financeiros. Portugal concentrou então suas limitadas energias para assegurar alguns pontos estratégicos ao longo da costa da África ocidental, região onde se comerciava ouro, marfim, escravos e pimenta, que antes só chegavam à Europa através do deserto do Saara.

---

<sup>4)</sup> Guedes, Max Justo – Opus cit. página 20.

O infante D. Henrique foi o esclarecido líder dessa etapa e também D. João II, desenvolveu verdadeira obsessão pela busca das especiarias no Oriente. A descoberta da América em 1492 pelos espanhóis foi um choque para os portugueses. Felizmente, dois anos depois, a diplomacia portuguesa lavrou um tento com a assinatura do tratado de Tordesilhas, que moveu a linha de demarcação no Oceano Atlântico de cem léguas a leste do Cabo Verde para 370 léguas. A primeira demarcação foi feita por um Papa espanhol e D. João II não a aceitou. Essa alteração garantia a Portugal uma linha que cortava o Brasil do Maranhão a Santa Catarina. Por isso há quem afirme que Portugal já sabia da existência do Brasil na época das negociações do tratado de Tordesilhas.

Esse novo acordo com a Espanha assegurava a livre navegação no Atlântico sul em direção à Índia, o alvo maior. Do mesmo modo ficavam garantidas as conquistas de São Jorge da Mina, na Guiné, de onde já começava a fluir muito ouro, e os pequenos entrepostos da costa ocidental da África, graças a vários navegadores a serviço de Fernão Gomes, rico mercador lisboeta. D. João II, o Perfeito, faleceu em 1495, talvez envenenado, e foi sucedido por D. Manoel, depois chamado de o Venturoso, pelo êxito das duas expedições de Vasco da Gama, de Cabral e de outros navegadores. O herdeiro morrera jovem e D. Manuel, sobrinho de D. João e duque de Beja, só subiu ao trono diante da impossibilidade de coroar seu filho bastardo, D. Jorge. Curiosamente, D. Manuel fora companheiro de Gouveia nos folguedos na corte, na época em que jamais pensava vir a suceder seu tio. Esse fato, se favoreceu a sua primeira escolha, não parece ter afetado em nada sua atitude tão rígida em relação ao nosso descobridor.

Damião de Góes, em sua *Crônica de D. Manoel*, relata que, curiosamente, o soberano logo após a sua ascensão ao trono, convocou uma reunião de notáveis de seu reino para decidir se valeria a pena continuar a manter a ambiciosa meta da Índia, ou se deveriam contentar-se com as riquezas que estavam fluindo da costa da África. A decisão foi continuar a esforçarem-se por alcançar a Índia, concentrando todos os recursos possíveis do país nesse sentido. Urgia porém melhorar a qualidade das caravelas portuguesas, demasiado frágeis para transpor as grandes ondas do cabo das Tormentas. A conselho de Bartolomeu Dias, foram

construídas várias naus de proa alta e de menor calado, para poder penetrar em enseadas rasas e se protegerem dos grandes ventos e vagas.

A bem sucedida expedição de Vasco da Gama, de 1498, teve objetivo apenas exploratório e não trouxe para Lisboa um rico carregamento. Foi uma viagem de avaliação do futuro mercado, das condições para o escambo, de informação sobre o que os indianos gostariam receber de Portugal em troca das especiarias, estudar os preços vigentes com os mercadores árabes que levavam os produtos locais para o Egito, trazer amostras dos diversos produtos conhecidos e de outros ainda desconhecidos que ofereciam boas possibilidades de comércio com a Europa, avaliar as forças militares necessárias para estabelecer uma firme cabeça-de-ponte militar com entrepostos de mercadorias, etc. Em suma, a viagem de Vasco da Gama foi uma expedição de reconhecimento de terreno. Ao regressar, Vasco previu dificuldades diplomáticas, religiosas e comerciais em Calicute, pois sentira sinais de hostilidade nos mercadores árabes.

As viagens subseqüentes deveriam ser de conquista, de ações militares para estabelecer um fluxo de comércio permanente. A expedição de Cabral, com 13 navios, 1.500 homens (alguns autores falam em número menor), forte armamento, deveria negociar um acordo permanente e amistoso com o Samorim de Calicute, estabelecer uma feitoria nos arredores da cidade e iniciar um fluxo de negócios que deveria ser permanente. Cabral fracassou em parte em sua missão, pois não tinha mais condições militares para impor suas condições ao Samorim. Perdera mais de 50% de sua frota, da tripulação e da artilharia devido ao mau tempo. Agora eram só seis as naus e, sem a boa vontade das autoridades locais – incitadas contra os lusos pelos mercadores árabes – dificilmente outro capitão-mor poderia ter cumprido as instruções recebidas de D. Manoel. Entretanto, Cabral tampouco foi feliz em suas negociações com o Samorim e, em parte, por sua própria culpa. A decisão de bombardear Calicut arrasando parte da cidade foi um erro, embora existam estudiosos que pensam o contrário. Vasco da Gama havia sido muitíssimo mais feliz, pois partira com três caravelas e todas regressaram ao Tejo com as informações desejadas. Em 1507 ocorreu um fato grave que irritou

profundamente os portugueses: todos os seus segredos de navegação foram revelados no famoso mapa de Cantino, com informações contrabandeadas de Lisboa. Voltemos agora a viajar com a frota de Cabral, que já perdera duas unidades: a que regressou a Lisboa para anunciar a descoberta do Brasil e outra que se perdera na altura do arquipélago de Cabo Verde.

Quando a armada de Cabral deixou a costa do Brasil e virou a proa para o Cabo da Boa Esperança, começou o que seria a viagem mais longa da história sem avistar terra. Dias depois da partida da ilha de Vera Cruz, os portugueses viram à noite, por vários dias seguidos, um cometa. Essa visão incomodou-os, pois alguns a ela atribuíram um mau presságio. Não se enganavam, pois em breve, a 24 ou 25 de maio, levantou-se terrível tormenta com ventos assustadores e ondas gigantescas, que engoliram nada menos de quatro unidades, as do experiente Bartolomeu Dias, de Luís Pires, de Aires Gomes da Silva e a de Simão de Pina.. Nosso Cabral deve ter ficado com o coração apertado, pois esse fato poderia inviabilizar a missão de que fora incumbido. Sua imponente expedição já não era mais aquela flotilha capaz de impor tanto respeito aos chefetes africanos e indianos.

Uma vez contornado o cabo da Boa Esperança, que também era o Cabo das Tormentas e que destruíra não pequena parte de seus homens, armamentos e mantimentos, começaram a subir a costa da África oriental. Os problemas continuaram, porque três outras caravelas se desgarraram da capitânia e não se sabia delas. Finalmente, Cabral e mais duas naus chegaram ao largo de Sofala, em Moçambique, mas só vários dias mais tarde encontraram as outras três, que estavam desgarradas. Diogo Dias parecia perdido também para sempre, mas felizmente depois se soube que havia se afastado demais da costa africana, passou entre a grande ilha de Madagascar e a costa, e acabou sendo o primeiro navegador europeu a visitar o golfo de Aden. Só se encontrou com Cabral na viagem de volta, em Beseguiche, na costa do Senegal, e por isso a sua nau regressou vazia. Por curiosa coincidência, também encontraram-se com Cabral em Bezeguiche as naus comandadas por Gonçalo Coelho. Américo Vespucci estava a bordo e teria conversado muito com Cabral sobre a ilha de Vera Cruz.

D. Manuel recomendara uma escala em Quiloa (Kilwa), que também tinha importante comércio de ouro. Valia tentar algum tipo de acordo comercial, mas com suas forças já bastante reduzidas, a frota deixara de ser imponente. No dia 26 de julho chegaram àquele importante porto da região e a recepção que tiveram das autoridades locais não foi nada animadora. O rei de Quiloa nada tinha a ganhar com a chegada dos portugueses, que vinham perturbar seu lucrativo comércio com os árabes. No entanto, o respeito pelos canhões portugueses garantiu pelo menos o suprimento de água potável e mantimentos frescos. Os intermediários portugueses nomeados pelo rei para negociarem tratados de comércio com os chefes locais tentaram chegar a um acordo razoável, mas sem resultados.

Cabe aqui uma especulação sobre a competência e a fluência nos idiomas locais desses agentes comerciais. Se Cabral era o capitão-mor, por que ele mesmo deixou de negociar pessoalmente alguns daqueles acordos na África e na Índia, deixando tudo nas mãos desses duvidosos agentes? Considerava ele que negociar pessoalmente diminuía sua autoridade? Entretanto, em seu favor, devo dizer que o rei D. Manuel dera instruções escritas precisas, pessoais e diretas, ao feitor Aires Correa sobre como negociar com os líderes africanos e indianos. Mas que espécie de intérpretes e negociadores tinham os portugueses? É sabido que traduções mal feitas podem ter conseqüências desastrosas e não está claro nos documentos da época se os tradutores da expedição de Cabral eram realmente confiáveis e competentes. O famoso intérprete Gaspar da Gama, bom conhecedor do árabe e afilhado de Vasco da Gama, fazia parte da expedição. Os intérpretes eram bem pagos, estavam sempre ao lado do capitão-mor e eram dos primeiros a desembarcar. Eram chamados de “os línguas”. No entanto, convém lembrar – sem maior risco de errar – que os portugueses eram pretensiosos e se consideravam superiores aos chefes locais, os tratavam com soberba, enfim superestimaram a força de seus canhões e, por isso, as negociações foram ficando difíceis e acabaram fracassando. Só em Melinde foram bem recebidos.

Finalmente a esquadra, agora de somente seis naus e caravelas, chegou a Melinde, onde foram recebidos com cordialidade e, em verdade, esta foi a única cidade africana em que seriam acolhidos sem hostilidade.

O rei de Melinde enviou muitas laranjas para os marinheiros afetados pelo escorbuto. Seguiram depois para a ilha de Angediva, defronte a Goa, porto de aguada e descanso para viajantes que vinham de Calicute e seguiam para Meca. Lá aportaram a 23 de agosto. Já estavam bem perto da grande península indiana, e os navios puderam ser reparados e pintados, em preparação para uma chegada triunfal a Calicute.

A tripulação deveria estar inquieta e temerosa e aquele foi o momento de o capitão-mor demonstrar pulso, animar os marinheiros e inspirar-lhes confiança para atingir a sua meta. As naus porém estavam avariadas pela tempestade, mastros quebrados e velas rasgadas – e urgia repará-las. Não faltava muito para chegar à Índia e a região mais perigosa do percurso marítimo já havia sido superada.

Correia da Silva, na *Internet*, comentou que Gouveia era um homem sem sorte, pois sobre ele caíram várias maldições. Elas começaram cedo: nas águas do arquipélago de Cabo Verde, perto da costa da África, desapareceu uma de suas naus. Nunca mais se soube dela.. Ao deixar a costa brasileira e já perto do cabo da Boa Esperança, uma terrível tempestade afundou quatro naus, entre elas a do grande Bartolomeu Dias. Era a segunda maldição. Das 13 naus e caravelas que deixaram o Tejo, sobravam apenas sete. Uma vez dobrado o cabo das Tormentas, desapareceu outra nau, a de Diogo Dias, irmão de Bartolomeu. Parecia ser a terceira maldição, mas depois a nau reapareceu. Os incidentes de Calicute seriam a quarta maldição. Na viagem de volta a nau de Sancho Tovar encalhou sem remédio e teve de ser incendiada. Era a quinta maldição. Dizia-se na época: “Quem tem azar no mar a ele não deve voltar”. D. Manuel pode ter-se recordado desta superstição ao aceitar a renúncia de Cabral com tanta facilidade em 1502. Curiosamente, o almirante Max Justo Guedes informou-me de que, na marinha de guerra inglesa, até os dias de hoje, o capitão que perde o seu navio por qualquer motivo, justificado ou não, é posto de escanteio e nunca chegará a ser promovido a almirante.

Cabral fundeou diante de Calicute, grande cidade indiana na época, no dia 13 de setembro e soltou uma salva de artilharia como saudação ao Samorim. Recebeu a bordo diversos mercadores árabes e começou as negociações para o desembarque. No dia seguinte, Cabral

autorizou o desembarque dos indianos que tinham viajado com Vasco da Gama para Portugal e regressado com ele. Na época era praxe receber de terra igual número de pessoas que desceriam das naus e as negociações levaram alguns dias. Historiadores portugueses tentaram defender o comportamento de Cabral, afirmando que seguia as rígidas instruções recebidas do próprio rei D. Manuel. Os pormenores do primeiro encontro de Cabral e seus principais colaboradores com o Samorim parecem revelar certa inabilidade negociadora. No entanto, Cabral cedeu em mandar apresar um navio indiano que levava um elefante cobiçado pelo Samorim, que pedira sua intervenção. Como era já esperado, os comerciantes árabes tudo fizeram para perturbar as negociações e dificultaram o carregamento de especiarias nas duas maiores naus portuguesas. Cerca de cinquenta lusitanos desembarcaram e começam a organizar a feitoria nos arredores de Calicute, em construções cedidas pelo Samorim. Cabral e o potentado tiveram duas entrevistas e até aí as conversações pareciam seguir a contento, quando aconteceu um grave incidente provocado pelos comerciantes árabes, em revide provável à uma vistoria ordenada por Cabral em seus navios.

As intrigas dos mercadores árabes, que seriam os maiores prejudicados com a intromissão dos portugueses, provocaram a invasão do entreposto por uma turba numerosa. Cerca de cinquenta portugueses que lá estavam foram assassinados ou capturados, inclusive o principal agente comercial Aires Corrêa, o nosso conhecido Pero Vaz de Caminha e vários franciscanos que haviam viajado para efetuar a catequese. Vinte outros portugueses conseguiram salvar-se em botes ou a nado. Cabral viu-se então diante de um grave impasse: como reagir àquela inesperada traição e tanta violência?

Paulo Roberto Pereira comenta em seu citado livro que os atos de Cabral estavam respaldados nas instruções que recebera de D. Manuel, que deixara bem claro que

*“... pela mútua confiança que de vós temos, havemos por bem e vos mandamos que façais e sigas tudo o que melhor vos parecer, tomando sempre em tudo conselho dos capitães e feitor e de*

*quaisquer outras pessoas que vos pareçam que nisso devais meter e, enfim, o que escolherdes e acordardes, seguireis e fareis”.*<sup>5</sup>

Sabedor de que os árabes foram os responsáveis pelo ocorrido, o capitão-mor mandou tomar e incendiar todos os navios árabes no porto, exterminando suas tripulações. Cabral esperou vinte e quatro horas para dar oportunidade ao Samorim a apresentar suas desculpas e oferecer compensações. Afinal as negociações já duravam três meses e urgia terminá-las. O tempo passava e nada do governante local se mexer para lamentar o ocorrido. Em breve ficou evidente que o Samorim havia autorizado o assalto à feitoria portuguesa. Na manhã de 17 de dezembro, Cabral mandou bombardear a cidade o dia inteiro, reduzindo-a a escombros. Eram 24 bocas de fogo a vomitar balas incandescentes sobre a população. Deve ter havido centenas de mortos e milhares de feridos. Quarta maldição. Até o comedido Greenlee comentou:

*“Cabral foi desnecessariamente beligerante, embora o tumulto instigado pelos árabes e aprovado pelo Samorim exigisse uma punição severa. Aquela traição deveria mesmo ser castigada de maneira decisiva, de tal modo a que os portugueses fossem temidos e respeitados no futuro. A sua artilharia assegurava essa superioridade e isso foi o começo de uma política de agressão armada para garantir o domínio dos mares da Índia”.*<sup>6</sup>

Após essa desforra, ficou decidido que a capitânia e as naus de Simão de Miranda e de Sancho de Tovar, já carregadas, regressariam imediatamente a Portugal, pois se aproximava o final da monção e urgia aproveitar os ventos favoráveis. As duas outras caravelas menores ficariam um pouco mais, em algum porto amigo na Índia, para completar seu carregamento de especiarias e poderiam regressar mais tarde. Afirmou Greenlee que:

<sup>(5)</sup> Paulo Roberto Pereira – Opus cit., Rio de Janeiro, 1999, página 22.

<sup>(6)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 26.

*“Os portugueses não tinham a menor intenção de partilhar o comércio das especiarias com os mercadores árabes e indianos. Ademais, a carta que D. Manoel enviara ao Samorim, traduzida pelos árabes, exigia que eles deveriam ser excluídos do comércio a ser instituído. As instruções que Cabral recebera condenavam também a religião dos árabes, embora a atitude dos árabes até então tivesse sido de tolerância com os cristãos. Era natural, portanto, que os árabes retaliassem e o incidente de Calicut foi o primeiro contra-ataque nessa guerra que se iniciava”.*<sup>7</sup>

Por outro lado, a princípio a atitude dos líderes indianos foi amigável, no entendimento de que os portugueses agissem em conformidade com seus costumes. É possível – afirma Greenlee – que, se na expedição de Cabral houvesse alguém realmente fluente no idioma indiano, o resultado em Calicute poderia ter sido bem diferente.<sup>8</sup> Tal como ocorreram as tratativas, com intérpretes malévolos ou incompetentes, era natural que as suspeitas fossem recíprocas. O Samorim era cliente e amigo dos mercadores árabes e mal conhecia os portugueses arrogantes. Era natural, portanto, que se fiasse mais em seus amigos árabes, com quem lidava havia muitos anos. Calicute, hoje Koshikode, está na costa de Malabar. Para melhor compreender o incidente de Calicute recomendo aos interessados a leitura da obra de K.M. Panikkar, intitulada *Malabar and the Portuguese* (Bombaim, 1929). Quarta maldição.

É provável que a verdadeira história dos acontecimentos que levaram ao massacre de Calicute nunca será totalmente conhecida. Afinal o Samorim pode até ter tentado, sem sucesso, controlar a multidão, mas depois da destruição dos navios árabes, não poderia desculpar-se sem por em risco as relações com os seus tradicionais clientes árabes. O bombardeio

<sup>(7)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 31.

<sup>(8)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 25.

de Calicute nunca foi esquecido e por muitos séculos prejudicou a imagem dos portugueses na Índia.

Afinal um dos principais objetivos de Cabral era impressionar os potentados da África e da Índia com o poderio português, demonstrar a sua importância e a sua riqueza, estabelecer relações amistosas que facilitassem o comércio permanente. Isso ele não conseguiu fazer e Greenlee atribui, em parte, ao fato de que ele permaneceu a maior parte do tempo em sua nau capitânia em vez de conversar e negociar diretamente com os líderes nativos, dispensando os intermediários.<sup>9</sup> Agiu assim porque estava sofrendo grave ataque de malária? Greenlee comentou que a decisão de bombardear Calicute teria sido do conselho de capitães, mas sublinhou que “a juventude e a inexperiência de Cabral foram seus maiores *handicaps*. Um homem mais velho e mais experimentado poderia ter sido capaz de contrarrestar as intrigas dos mouros”<sup>10</sup>

Já a cidade indiana de Cochim, inimiga de Calicute, acolheu amigavelmente os portugueses. Passaram o Natal em Cochim e lá ficaram duas semanas a carregar as naus com pimenta, drogas e gengibre. Estiveram também em Cananor, onde embarcaram canela e lhas chegaram então notícias de que o Samorim estava reunindo uma flotilha de setenta navios para atacá-los. Conta Galvani que as duas frotas chegaram a se confrontar, mas não chegou a haver batalha. A 16 de janeiro, Cabral decidiu afinal regressar diretamente a Portugal.

Na viagem de volta, ao norte de Melinde, tiveram de abandonar a caravela de Sancho de Tovar, que havia encalhado sem esperança de recuperação.. Quinta maldição. Sobraram seis apenas das treze naus que partiram do Restelo. Que contas iria ele prestar a D. Manoel? Quase mil tripulantes mortos, nenhum acordo importante foi conseguido e os carregamentos de especiarias ficaram aquém da expectativa. Estava claro que a primeira viagem de Vasco da Gama tinha sido muito mais exitosa, embora menos lucrativa.

<sup>(9)</sup> W. B. Greenlee – Op. cit., página 43.

<sup>(10)</sup> W.B. Greenlee – Op. cit., página 62.

No entanto, a expedição de Cabral despertaria grande interesse na Europa, sobretudo em Veneza, que se arriscava a perder o monopólio das especiarias, e as notícias que se espalhavam davam grande prestígio a Portugal. Os primeiros grandes carregamentos de especiarias transportados pelas naus portuguesas começaram a chegar a Lisboa a partir de 1503. Estava certa, a princípio, a política portuguesa de se limitar a construir pequenas feitorias, através das quais organizaram notável fluxo de comércio. Se tivessem tentado conquistar amplas regiões da Índia, não teriam recursos humanos para fazê-lo. Afonso de Albuquerque consolidaria o domínio português na Índia pouco anos depois. A primeira metade do século XVI proporcionou a Portugal um rápido enriquecimento, tornando o país um dos mais ricos da Europa. No século XVII, os holandeses e ingleses a princípio seguiram a política comercial portuguesa e só bem mais tarde é que decidiram empreender uma política colonial de conquista e ocupação.

A acolhida em Lisboa foi alegre e cordial, mas não calorosa. É verdade que a caravela *Annunziata* chegara um mês mais cedo do que Cabral e já havia anunciado à nação as notícias principais, boas e más. A nau capitânia e a de Simão de Miranda, muito carregadas, entraram pelo Tejo a 21 de julho de 1501. Em suma, a sua chegada foi um anti-climax, e se a viagem não foi um grande sucesso, a venda das especiarias teria compensado amplamente as perdas em navios e equipamentos. Na verdade, o lucro da viagem foi o dobro dos investimentos, mas poderia ter sido bem maior sem os percalços ocorridos. Cabral recebeu 10.000 ducados, 10 caixas forras (livres de impostos alfandegários) e 50 quintais de pimenta, tendo apenas de pagar os dízimos para o mosteiro de Belém. Avaliou Walter Galvani em cerca de 70 quilos de ouro a quota de Cabral. D.Manuel recebeu-o bem, mas não houve desfile triunfal pelas ruas de Lisboa, como Cabral esperava. Ele havia mudado muito com a morte da rainha no parto e do seu herdeiro e se tornara um homem duro. Cabral passou a receber uma tença de 200.000 reais, que se somaria ao que já recebia pela Ordem de Cristo, mais os 13.000 que partilhava com seu irmão morgado. Seriam aproximadamente 253.000 reais anuais, quantia respeitável na época.

O relatório verbal de Cabral ao rei D. Manoel deve ter sido satisfatório, tanto que ele o convidou imediatamente a chefiar a próxima expedição, que sairia em março do ano seguinte. Seria a 4ª esquadra, pois a terceira já partira sob a chefia de João da Nova. Cabral não deixou nenhum documento escrito sobre a viagem, ou se o fez nada restou nos arquivos de Lisboa, mas os principais pormenores da viagem são bem conhecidos por testemunhos diversos, como relatei rapidamente nas páginas anteriores. D.Manuel escreveu ao rei da Espanha sobre a viagem de Cabral. No entanto, uma frase terrível pairava sobre ele: "...não é bem afortunado nas coisas do mar". Mesmo assim D.Manuel convidou-o para chefiar a expedição seguinte. Essa superstição deve ter-lhe ficado na mente e certamente foi alimentada pelos opositores de Cabral.

Antes de começar a trabalhar na preparação da nova expedição, Cabral deve ter ido visitar o irmão em Belmonte, retomou contato com seus amigos, enfim relaxou das grandes tensões que sofreu durante a viagem. Agora já se podia considerá-lo um marinheiro experiente, depois das agruras que teve de suportar. Podia planejar com segurança o seu futuro, que continuava a anunciar-se lisonjeiro. Os aspectos negativos de sua expedição não teriam sido considerados pelo monarca como de sua responsabilidade direta e sim conseqüências naturais de uma viagem a uma região distante e pouco conhecida, atravessando mares revoltos e ondas colossais. A perda das naus e caravelas devido ao mau tempo obviamente não era culpa sua. Já os acontecimentos em Calicute eram mais discutíveis, embora também fosse consenso de que era indispensável aplicar uma punição severa ao Samorim. O que teria ficado perfeitamente compreendido é que Portugal teria de fazer um esforço muito maior para assentar uma bem implantada cabeça-de-ponte na Índia, e de lá partir vigorosamente para estabelecer, pela força das armas, um fluxo constante de comércio que enriqueceria o país em poucas décadas. Afonso de Albuquerque, tio da futura esposa de Cabral, seria o grande chefe militar que assegurou o domínio português na região por longo prazo.

Cabral naquela altura já devia ter conhecido sua prometida esposa, D. Isabel de Castro, que provinha de uma família influente, e mais poderosa ainda ficaria com o futuro sucesso do conquistador Afonso de

Albuquerque na Índia. Ela era filha legítima de D. Fernando de Noronha, do conselho de D. João II e governador da casa da princesa D. Joana. Era prima do marquês de Vila Real, grande proprietário na região de Santarém. Não se sabe bem a data do casamento de Cabral com D. Isabel, mas presume-se que tenha sido em 1503. O casal teve vários filhos, entre os quais o primogênito Fernão Álvares Cabral, que foi capitão das naus da Índia e depois enviado por D. João III à França como embaixador de Portugal. Em 1553, viajou para a Índia e naufragou em 1554, na costa de Moçambique, onde morreu.

Após a viuvez, Isabel foi camareira-mor da infanta D. Maria, filha do rei D. João III. Ambos foram sepultados no mesmo túmulo, na igreja de Nossa Senhora da Graça em Santarém, onde tinham vivido permanentemente após o casamento. Em 1882, ao ser aberto o túmulo do casal, não foi possível identificar com certeza as ossadas do descobridor do Brasil. Em 1903, o túmulo foi reaberto por sugestão do ministro brasileiro em Portugal. Alberto de Carvalho escreveu duas memórias sobre o assunto. No túmulo havia também os restos de um jovem, possivelmente um dos seus filhos que faleceu cedo. Em 2000 foram trazidos para o Rio de Janeiro alguns restos mortais de Cabral, de autenticidade bastante duvidosa e que se encontram sepultados na catedral.

O motivo do afastamento definitivo de Cabral da corte de D. Manuel é um mistério, mas podemos alvitrar várias hipóteses. A mais veraz seria o alvará que havia mandado fazer o monarca, em 1499, em favor de Vasco da Gama, por ocasião de seu regresso da primeira viagem de 1498, assegurando-lhe a primazia no comando de qualquer nova expedição à Índia. Ele recusara capitanear a armada de 1500, depois entregue a Cabral, por motivo de doença, mas em 1502 Vasco teria se valido do documento escrito em 1499 para exigir do rei o comando da frota. D. Manuel, que já havia convidado Cabral a comandá-la por ocasião de seu regresso, em julho de 1501, teria sido obrigado de voltar atrás, devido àquele compromisso prévio assumido com Vasco da Gama.

Walter Galvani apresenta como o principal motivo de eventual renúncia de Cabral o fato de que a nova armada de 1502 teria, de fato, dois chefes: Cabral e Vicente Sodré – tio de Vasco da Gama – o qual estava

destinado a explorar o Mar Vermelho. Comandaria ainda outra nau o irmão de Vasco da Gama – Estêvão da Gama, a qual não ficaria sob a chefia de nosso descobridor. Cabral continuaria para a Índia. Cabral teria argumentado com o rei a necessidade da unificação da chefia, pois isso poderia criar problemas delicados e até insubordinações durante a viagem. Seus argumentos eram válidos, mas o rei não cedeu e tampouco teria insistido para que ele aceitasse essa situação esquisita. Cabral teria então renunciado e o monarca aceitou sua renúncia sem discutir. Teria pensado em tal decisão a sua má fama de azarado? Assim sendo, ou Cabral aceitava ficar com uma chefia limitada, ou se recusava a participar. É sabido que os partidários de Cabral e de Vasco da Gama se enfrentavam freqüentemente na corte e que certa vez o rei ficou tão irritado que baniu um deles para Arzila, na Africa. Outra hipótese ainda é que Cabral teria tido uma discussão tórrida com o rei, talvez sido até malcriado, e foi dispensado e obrigado a afastar-se da corte. O almirante Max Justo Guedes, talvez a maior autoridade sobre o assunto, acredita nesta última hipótese. Não há documentos nesse sentido. Greenlee comenta que era necessário escolher um líder diferente para a próxima expedição à Índia, alguém que pudesse mudar a hostilidade em amizade e Vasco da Gama era o homem para isso.<sup>11</sup> Não foi bem assim, como se verá mais adiante.

A realidade é que, embora o monarca tenha, muito mais tarde, decidido pagar-lhe duas tenças, Cabral nunca mais recebeu missão alguma de D. Manuel, que só faleceria em 1521, isto é um ano após o desaparecimento de nosso descobridor. Em 1514, por intercessão de sua sogra Constança, o homem mais famoso da época, seu sobrinho Afonso de Albuquerque, escreveu ao rei a emotiva carta cujo texto transcrevo abaixo:

*“Pedro Álvares Cabral, desejador de, em dito e em feito, ser sempre servidor de Vossa Alteza de vossas mãos afastado assim de vossa vontade e prazer, que não posso saber que descontentamento é este que Vossa Alteza de sua pessoa tem, para assim o entender lançado do vosso serviço,*

<sup>(11)</sup> W.B. Greenlee – Op. cit. página 61.

*e que a mim maior parece que a culpa deste feito era sua, tanta mais sua de parecer e hei de querer que tem certo o perdão e galardão de Vossa Alteza como vimos por experiência em outras pessoas serem-lhe seus erros perdoados e feitas honras e dadas rendas e mercês (...) Devia Pedro Alvares Cabral ser um destes; e se minha valia e pessoa ante Vossa Alteza isso merecer, Senhor, vos beijarei as mãos por ele ser chamado de Vossa Alteza, aconselhado e repreendido e tornado em vossa graça e serviço porque é homem que eu sei certo que terá Vossa Alteza tomado a experiência de sua pessoa e de seus serviços, e que em todos os feitos em que ele puser as mãos que vos há de merecer mercês”.<sup>12</sup>*

A carta é bem eloqüente, pois pareceria atestar que houve mesmo uma desavença entre o rei e Cabral na época da partida da expedição de 1502. Afonso utilizou a expressão “aconselhado e repreendido”, o que reconhece a culpa de Cabral pelo seu afastamento. No entanto, o mais importante talvez foi aquele alvará de D. Manuel de 1499, que citamos parcialmente abaixo e que parece explicar o triste afastamento de Cabral da chefia da expedição.

*“Nós, o Rei, fazemos saber por este alvará que, em consideração à muito grande estima e aos serviços de Dom Vasco da Gama prestados ao nosso reino pela descoberta da Índia, lhe fazemos todas as homenagens e recompensas, e nos agrada dar-lhe por intermedio deste alvará (...) ele terá a chefia de outras expedições à Índia, desde que vá pessoalmente, e nós não poderemos nomear outro capitão-mor a não ser ele. E nos dá grande prazer de dar-lhe esta recompensa e privilégio*

<sup>(12)</sup> Jorge Couto, Op.cit. página 141.

*tal como está aqui escrito. E esta carta por nós  
valida, selada e passada pela nossa chancelaria”  
(Está na Torre do Tombo)<sup>13</sup>*

Pedro Álvares Cabral, ao ser convidado em 1501, por ocasião de seu regresso, para comandar a nova expedição de 1502, não devia saber daquele alvará de 1499. Ou talvez o monarca fez-lhe o convite sem se recordar da promessa por escrito anteriormente feita a Vasco da Gama, que depois reivindicou e obteve a chefia da armada de 1502. Consta que em 1500, Vasco – no momento enfermo – teria recomendado o nome de Cabral para a direção da expedição. No ano seguinte, já restabelecido da enfermidade que o fez renunciar àquela anterior chefia, estava pronto a assumir o comando da armada de 1502 e o pleiteou junto a D. Manuel, que – talvez até a contragosto – tenha acedido em cumprir a sua palavra e desconvidar Cabral para a nova expedição. Vasco da Gama não teve problemas de chefia com seu tio Vicente Sodré, nem com seu irmão Estêvão da Gama, o que incomodava muito Cabral, vendo sua autoridade diminuída.

Cabral, que trabalhara afincadamente durante oito meses na preparação da expedição de 1502, deve ter ficado revoltado que o comando lhe tenha escapado das mãos. Outros autores disseram que, em vez de conformar-se e esperar por outra oportunidade que aparentemente não faltaria, pois ele era jovem, e tantas outras expedições houve depois à Índia, Cabral preferiu protestar veementemente e acabou expulso da corte. A versão mais provável é a mencionada acima, isto é, que ele teria recusado aceitar que as cinco naus de Vicente Sodré fossem excluídas de seu comando. Uma outra versão ainda é que a rainha teria intercedido insistentemente por Vasco da Gama. Se o rei tivesse falecido mais cedo, é possível que seu sucessor, D. João III, tivesse chamado outra vez Cabral à corte e lhe confiado alguma missão importante. Lembro que Cabral faleceu aos 52 anos apenas, embora no final de sua vida já estivesse bastante enfraquecido pela doença que adquirira na juventude no Marrocos.

Em uma carta de 1520 da chancelaria de D. Manuel à viúva de Cabral, concedendo-lhe um subsídio, o signatário a ele se refere com a

<sup>(13)</sup> W.B. Greenlee, Op. cit., página 60.

seguinte frase “que Deus o perdoe”. A princípio Isso parecia significar que o monarca, dezoito anos depois, ainda continuava ofendido pela atitude de Cabral por aquele episódio que a história não registrou. No entanto, Galvani afirma que a expressão acima era comum na época, ao referir-se a qualquer pessoa recentemente falecida. Voltemos um pouco atrás.

No início de 1508, Cabral teria escrito ao rei solicitando uma missão e o monarca respondeu-lhe amavelmente a 18 de fevereiro com um *prazme*, dando-lhe esperanças e dizendo que ele estava “prestes a tornar a servir com seus cavalos, armas e homens nas guerras quando lhe por nosso serviço o mandarmos”<sup>14</sup>. Suponho que se tratava de uma missão em terra e não no mar, talvez no Marrocos, pois o monarca citou “cavalos e homens”. O momento aliás era péssimo, pois em 1511 houve peste em Lisboa e terremoto em 1512. Três anos depois, D.Manuel tentou recuperar o Marrocos, mas a expedição foi um fracasso.

Em 1515 o irmão bastardo de Cabral foi nomeado capelão da Casa Real e deveria ter algum prestígio junto ao monarca, mas não há referências de que tenha tentado ajudá-lo a sair do exílio em Santarém. O leitor contemporâneo poderá então conjecturar sobre aquele triste exílio de Cabral – afinal de contas, o tão remoto Santarém dista apenas 78 quilômetros de Lisboa, isto é, o equivalente à distância entre o Rio de Janeiro e Petrópolis... Se hoje percorremos de automóvel essa distância em menos de uma hora, Cabral deve ter ido discretamente à capital, talvez várias vezes, em poucas horas.apenas... a cavalo.

Afinal Cabral foi convidado a comparecer a uma importante reunião da grande nobreza de Portugal em Tomar e lá o rei D.Manuel acolheu-o com simpatia. Cabral estava muito esperançoso, mas nada aconteceu e seu isolamento continuava na melancólica rotina . A morte de Albuquerque na Índia só o desanimou ainda mais. Em 1518 o nome de Cabral continuava na lista dos Cavaleiros da Casa Real como número 147.

---

<sup>(14)</sup> Walter Galvani – Op. cit. página 258.

Faleceu em sua Quinta do Jardim, em Santarém em 1519 ou 20. A 3 de novembro de 1520, sua esposa recebeu comunicação da corte de que, “em atenção aos muitos serviços prestados por Pedro Álvares Cabral, Isabel de Castro e seu filho Antônio, moço-fidalgo da Casa Real, passaram a receber tenças de respectivamente 30.000 e 20.000 reis mensais”, informa Galvani que reproduz documento arquivado na Torre do Tombo. Isabel continuou a cuidar da educação dos filhos e em 1534 foi nomeada camareira-mor da infanta D. Maria, filha de D. João III e futura mulher do rei de Espanha. Ela recebia por isso uma tença de 60.000 reis mensais, mas não teria chegado a assumir esse cargo. Em 1538 Isabel faleceu e foi enterrada ao lado do marido e de um filho pequeno. Recordo que seu filho primogênito Fernando Alvares Cabral, em 1533, levou para a Índia, em sua nau “São Bento”, o depois famoso poeta Luís de Camões, que lhe dedicou quatro versos nos *Lusíadas*. Por isso também entrou na história...

Curiosamente, ao regressar da Índia pela segunda vez, Vasco da Gama irritou o monarca e caiu em desgraça. Relata Greenlee que ele não recebeu mais comando algum de D. Manuel e só fez outra viagem à Índia em 1524, a convite de D. João III. O monarca aborrecera-se pelo afundamento, a 3 de outubro de 1502, da nau *Miri*, cheia de peregrinos árabes que seguiam para Meca, fato que teve má repercussão na Europa. Além disso Vasco da Gama voltou a bombardear Calicute, o que foi considerado outro erro. Ele estabeleceu feitoria em Cochim, mas Portugal nessa época já pensava em mudar de política na Índia, preferindo construir fortins para apoiar as feitorias. Walter Galvani observa com argúcia que “Cabral assistia tudo de longe. Era um espectador bem informado. Não mais um protagonista”<sup>15</sup>

Seja como for, Pedr’Álvares de Gouveia, depois Cabral, merece todo o nosso respeito e admiração e só nos resta lamentar que a sorte não lhe tenha sido mais generosa, tanto na sua tumultuada viagem à Índia,

(15) Walter Galvani – Op. cit., página 255.

quanto mais tarde em seu melancólico e solitário exílio em Santarém. Essa é a história do azarado senhor Gouveia.

(Palestra a ser pronunciada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comercio a 19 de abril de 2005 e posteriormente publicada na Carta Mensal dessa entidade. Publicada na *Notícia Bibliográfica e Histórica*, da PUC de Campinas, de nº 196, de 2005.)

### BIBLIOGRAFIA SELETA

ALBUQUERQUE, Luís de – *O reconhecimento do Brasil*, editora Alfa, Lisboa, 1989. Ensaio sobre o chamado “Piloto Anônimo”.

ARRUDA, Virgílio – *Presença de Cabral nas Rotas do Futuro*, Santarém, 1972.

BUENO, Eduardo – *Pau Brasil*, Axis Mundi Editora, São Paulo, 2002.

CORTESÃO, Jaime – *Teoria geral dos Descobrimentos Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

COUTO, Jorge – *A Construção do Brasil*, edições Cosmos, Lisboa, 1995.

DIVERSOS – *A viagem de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, edição da Academia da Marinha de Portugal, Lisboa, 2003.

DIVERSOS – *O descobrimento do Brasil*, edição da Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, 1998.

DIVERSOS – *História Naval do Brasil*, 1º volume, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975.

GALVANI, Walter – *Nau Capitânia*, editora Record, Rio de Janeiro, 1999.

GÓES, Damião de – *Crônicas do felicíssimo rei Dom Manuel*, Universidade de Coimbra, 4 volumes, 1926.

GREENLEE, William Brooks – *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from Contemporary Documents and Narratives*, The Haskyl Foundation, Londres, 1938. Edição portuguesa publicada no Porto em 1951.

GUEDES, Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*, Correios de Portugal, Lisboa, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500-1501)*, Academia da Marinha, Lisboa, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero e Susana Münch de Miranda – *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999. Contém a nomeação de Cabral, cartas aos reis de Calicut e Malindi, instruções pormenorizadas do rei a Cabral e ao feitor Aires Correia, etc.

PANNIKAR, K.M. – *Malabar and the Portuguese*, Bombaim, 1929.

PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

\_\_\_\_\_. *A difusão da viagem de Cabral na Europa quinhentista*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A carta de Pero Vaz de Caminha. Documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 2000, p. 197-219.

\_\_\_\_\_. *A Carta de Caminha: a notícia do achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PERES, Damião – *O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral: antecedentes e intencionalidade*, Comissão do Centenário de Cabral, Lisboa, 1968.

PRESTAGE, Edgar – *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1933.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo – *A fundação do Brasil: testemunhos*, Petrópolis, editora Vozes, 1992. Relação do Piloto Anônimo.

SANCHES DE BAENA, Visconde – *Resenha Genealógica da família de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1883.





## O INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS NA ADMINISTRAÇÃO DAFERT (1887 - 1897)

Duílio BATTISTONI FILHO

No final do século XIX, a produção agrícola brasileira estava baseada na existência de mão-de-obra escrava, na abundância de terras férteis e na demanda dos produtos agrícolas, principalmente o café. Assim, condições foram suficientes para o processo de acúmulo de capital, porém, não havendo motivos para que os agricultores investissem em novos métodos de produção. A partir de 1870, com o esgotamento das terras do Vale do Paraíba, grande produtora de café, as plantações foram transferidas para o chamado *oeste paulista*, na região de Campinas, que passa a ter um papel de relevo como grande produtora do produto, em virtude do seu solo muito fértil aliado a um clima regular, de poucas geadas. Outros fatores de grande importância, além de suas terras férteis, foram a abundância de mão-de-obra e a criação do transporte ferroviário. A presença da ferrovia facilitou o comércio do café como também interferiu na relação do homem com a terra, pois o baixo custo do transporte de mercadorias deu ensejo a que houvesse a ocupação do solo pelas plantações, já que, sendo a distância uma dificuldade menor, compensava mais ao produtor se deslocar as suas plantações quando o terreno já não produzia a contento do que investir em técnicas de recuperação ou preservação do solo. Assim, o produtor de café foi migrando suas plantações em busca de terras virgens que ofereciam maior rentabilidade.

Contudo, no final do século, esse modelo já começa a apresentar sinais de exaustão, em função da carência de mão-de-obra escrava e do esgotamento do solo. E mais, os fazendeiros vinham observando em suas propriedades os primeiros sinais de praga nos cafezais e nos canaviais e,

pela primeira vez se viram diante de um problema que não tinha condições de ser resolvido no âmbito da fazenda.

O governo imperial optou por formar comissões científicas, com a finalidade de estudar esses problemas. Mas elas sentiram que esta forma de trabalho não condizia com a magnitude da situação, em virtude das dificuldades que tinham que enfrentar para realizar suas pesquisas.

Em novembro de 1887, o Dr. Emilio Augusto Goeldi, contratado pelo governo imperial para a realização de um estudo sobre a Moléstia do Cafeeiro, apresentava como parte do relatório as seguintes deficiências para viabilizar o trabalho: viagens incômodas e dispendiosas, falta de cartas geográficas, receio dos lavradores de orientar o encarregado da comissão acerca da moléstia em suas propriedades e nas plantações vizinhas e ausência completa de conhecimentos exatos dos lavradores sobre a natureza da moléstia.

Algumas inovações, a bem da verdade, já tinham sido feitas nesse período como a criação do *Instituto Fluminense de Agricultura*, que, junto ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realizou um trabalho importante na tentativa de aclimatar plantas exóticas. Em 1874 foram fundadas a *Comissão Geológica do Império* e a *Escola de Minas* de Ouro Preto. Dois anos mais tarde é fundado em Campinas, SP, o *Clube da Lavoura*, o qual procurou incrementar estudos teóricos e práticos para o aperfeiçoamento da lavoura como braços, instrução agrícola, biblioteca, jornais etc.

Em 1882, na sua proposta para a reforma do ensino, Rui Barbosa já indicava a necessidade de criação de várias estações agrônômicas e hortos de experiência com uma fazenda modelo e um Instituto Agrônômico na capital do império. Para ele a criação das Estações Agrônômicas não podiam demorar, pois eram o complemento forçoso do estudo científico da agricultura.

Na despesa geral para o exercício de 1886-1887, o governo imperial alocou recursos para a instalação de uma estação agrônômica que tivesse como principal atividade a pesquisa e o desenvolvimento do setor agrícola, fruto da mentalidade cientificista que vigorava na época.

Campinas foi escolhida para ter uma Estação Agronômica pelo fato de ser uma rica região agrícola, uma excelente posição geográfica, estratégica para o transporte da produção agrícola de outras regiões da Província de São Paulo, pois ali se formara um entroncamento ferroviário no qual convergiam as estradas das Companhias Paulista e Mogiana. Saliente-se a influência do Conselheiro Antonio da Silva Prado, Ministro da Agricultura, que muito se empenhou na concretização dessa instituição. Ademais, os agricultores tinham pedido às autoridades que para ali se instalasse esse centro de pesquisa, pois este achava-se muito próximo das zonas de produção. Também não podemos esquecer que vigorava um processo de descentralização dos grandes institutos científicos ocorrido no último decênio do Império.

A Imperial Estação Agronômica de Campinas foi fundada oficialmente em 27 de junho de 1887 por iniciativa do governo imperial com a finalidade de se estudar as culturas tropicais. Para organizá-la foi contratado por indicação do Dr. August von Hofmann, professor da Universidade de Berlim, o químico austríaco Dr. Franz Wilhelm Dafert (1863-1933). Seu primeiro grande desafio foi conciliar os interesses dos agricultores que, longe de ser um grupo homogêneo, possuíam interesses bastante diversos. Propôs um modelo de instituição que fosse aceito por todos a fim de produzir sempre colheitas satisfatórias sem prejudicar a fertilidade. Solicitou à Câmara Municipal a doação de uma área do município para construir o estabelecimento. O local escolhido foi um terreno no bairro Guanabara que possuía um excelente solo e próximo do Gasômetro. Entre a segunda metade de 1887 e o final de 1888 foi construída a sede da instituição e os trabalhos tiveram início em 1º de novembro de 1888, com o funcionamento do laboratório de análises.

No primeiro Relatório Anual publicado em 1888, Dafert procurou orientar o estabelecimento unicamente para a pesquisa e não o ensino. Para isso utilizou o exemplo da Alemanha, onde os institutos agronômicos raramente se dedicavam à educação. No entanto, este foi um problema sempre presente na vida do Instituto, pois muitos achavam que ela deveria também ser escola. Um dos fatos marcantes relacionados com essa questão aconteceu em 1892 quando o fazendeiro da região de Piracicaba,

Luis de Queirós, fez a doação ao Estado de uma fazenda com o objetivo de se construir nessa cidade uma escola de agricultura, que aliás, tornou-se realidade em 1901.

A notícia de fundação da instituição agrícola em Campinas não passou pelos meios científicos do Rio de Janeiro, pois, na *Revista Agrícola* do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, nas edições de 1888, 1889, 1890 e início de 1891, não havia uma linha sequer sobre o novo estabelecimento campineiro.

Os primeiros anos foram difíceis para Dafert e para a cidade, pois grassara no município o início de uma epidemia de febre amarela que ceifaria vidas preciosas, provocando a mobilização de médicos, farmacêuticos e demais cidadãos em um esforço coletivo para enfrentar este problema. No Relatório Anual de 1892, ele após três anos de observações sobre o clima da cidade, tentou explicar a ocorrência do mal em função das condições higiênicas do solo, relacionando a qualidade das águas com a incidência de casos da doença.

Pondo em prática novos métodos, propunha para o campo, um melhor conhecimento dos nutrientes do solo para melhorar a qualidade dos produtos. Além de presenciar o auge da comercialização do café, outros pontos eram propostos, como o incremento das culturas da vinha, do chá, da cana de açúcar, das plantas medicinais e aumento da produção de leite. O Conselheiro Antonio da Silva Prado, por exemplo, chegou a encomendar estudos de solo a Emílio Goeldi e participou de conferências internacionais visando o cultivo desses vegetais. Atendendo a uma sugestão dos agricultores, Dafert criou em 1889, uma repartição enológica, pois acreditava que uma indústria vinícola era essencial para atrair imigrantes italianos.

No ano de 1890 a Estação Agronômica foi totalmente reorganizada com a criação de quatro seções: *analítica*, na qual se faziam os trabalhos de laboratório; *experiências*, na qual eram feitas pesquisas de campo; *enológica*, dedicada ao estudo da vinha e por fim a *metereológica*, que acompanhava as variações climáticas. Além destas

seções, houve a criação de uma biblioteca, de uma gráfica em que eram publicados os famosos Boletins e Relatórios e a instalação de um museu.

Alguns agricultores colaboravam com a Estação. O Barão Geraldo de Rezende chegou a ceder dois terrenos de sua propriedade para ampliar a seção de experiências: um chamado *Sítio Santa Amélia* e outro, no *Bairro da Vila Marieta*, que continha aproximadamente oito mil pés de café. Luiz Pereira Barreto, cultivador de café em Pirituba também cedeu plantas e tornou-se grande propagandista do uso de adubos.

Em 8 de fevereiro de 1892, através do decreto nº 707, o governo federal transfere a Estação Agronômica para a jurisdição do estado de São Paulo, com a denominação de Instituto Agronômico, sendo votada uma verba anual de 15 contos para o seu custeio. Uma nova estrutura funcional é formada com a criação dos cargos de químico, enologista, fitopatologista e entomologista. Dois anos depois foi alugado um imóvel para a instalação da seção de fitopatologia, em função das pragas do café detectadas há algum tempo pelo técnico Franz Benecke.

É importante assinalar o perfeito entrosamento de Dafert com vários cientistas estrangeiros de renome internacional como Orville Derby, Albert Løefgren e Herman von Ihering. Os dois primeiros ligados à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, enquanto que o último foi diretor do Museu Paulista.

Cumprir destacar a importância dos Relatórios Anuais do Instituto Agronômico, pois eram documentos oficiais de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores. A procura por eles era tão grande que foram feitas várias coletâneas para atender ao pedido dos proprietários de terra. Este fato demonstra, sem dúvida, um crescente interesse pelo que se fazia naquela instituição.

Em um relatório de 1893, Dafert publicou um extenso estudo de trinta e nove páginas, no qual faz uma análise sobre as condições econômicas da lavoura paulista. Nesse ensaio denominado *Questões Agrícolas*, ele deixa claro que os trabalhos desenvolvidos no Instituto teriam que levar em conta principalmente os interesses dos cafeicultores campineiros, evitando que o solo na região próxima ao Agronômico se

tornasse improdutivo e pouco lucrativo. Ressaltava que o café representava divisas para o Brasil e que os métodos da lavoura em São Paulo eram pouco aperfeiçoados, pois em grande parte do plantio eram utilizados apenas a foice e a enxada. O Brasil, para ele, deveria ter o poder de barganha no comércio internacional e lutar para controlar os preços e aumentar os lucros. São Paulo era o café, enquanto que os estados sulistas deveriam produzir outros gêneros alimentícios. A verdade é que ele construía uma instituição mais paulista que brasileira. Esta orientação se revelou convincente enquanto a economia cafeeira caminhava bem, mas logo sofreu forte oposição quando os cafeicultores perceberam que seus rendimentos já não eram os mesmos do período de euforia.

Nos anos noventa do século XIX, a recessão mundial e a ausência de um planejamento na produção de café no período de euforia começavam a apresentar sua conta. A superprodução foi acompanhada por uma crescente queda dos preços do produto no mercado internacional. Seus efeitos só começaram a ser sentidos um pouco mais tarde, em função de uma política de desvalorização cambial que mantinha os preços do café, em termos concorrenciais, em níveis vantajosos para os cafeicultores.

Na verdade, o que ficava cada vez mais claro era que algo precisava ser feito e, nesse momento, o caminho mais curto para sair das dificuldades era o que levava os produtores para uma variação em suas lavouras. Havia uma percepção de que era urgente o desenvolvimento da policultura em São Paulo e por isso o Agrônomo teve que ser reorganizado. A Lei 473, de 1896, previa a criação de um *Posto Zootechico*, que se tornou realidade somente em 1905.

No dia 2 de fevereiro de 1898, Dafert achou que sua missão junto ao Agrônomo estava concluída e por isso pediu demissão do cargo de diretor; em seu lugar assumiu, seu antigo colaborador, Adolpho Barbalho Uchoa Cavalcanti.

Se, no início da década de noventa do século XIX, o café representou riqueza, e a uva era o único vegetal que merecia a tentativa de aclimação, agora, no final do século, a policultura significou progresso, e o Agrônomo se preocupou em aclimatar muitos outros vegetais, ampliando suas finalidades.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVIM, Zuleika; Carmo, Vitu do. *Chão Fecundo 100 anos de Historia do Instituto Agronômico de Campinas*. Apoio Cultural Agroceres, 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MELONI, Reginaldo Alberto. *Ciência e Produção Agrícola: a imperial estação agronômica de Campinas 1887-1897*. São Paulo: Humanitas/FFCCH/USP, 2004

SEMEGHINI, Ulisses. *Do Café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.





## O MALÓN DE 1801

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Com a publicação deste livro (Clio Livros, RS), do jovem historiador Fernando Camargo, resultante de sua tese de doutorado em História, defendida na PUCRS, indubitavelmente foi preenchida uma lacuna que ainda existia na historiografia nacional. O subtítulo deste volume – *A guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional* – bem demonstrou o interesse do A. ao examinar de maneira pioneira a intrincada teia político-econômico-social que envolveu a região das Missões naquele período. Apresenta seu estudo bibliografia e material documental significativo, linguagem fluente e estimulante.

Certamente que, ao analisar as especificidades do processo histórico na região missioneira, cujo desenvolvimento esteve condicionado às disputas travadas entre Portugal e Espanha e a séria problemática fronteiriça, entre outros fatores, salientou o A., com propriedade, o que marcou o Rio Grande do Sul notoriamente sob o ângulo político, revelando que o período onde focou sua análise, já estava assinalado por efetivo desgaste oriundo de inúmeras lutas e alterações das divisas territoriais ocorridas nesta região dos Sete Povos das Missões.

Ao proceder real diálogo com a história, Fernando Camargo demonstrou a luta pelo desenvolvimento econômico-social vivenciados naquela região cultural, além de perpassar toda a urdidura das relações diplomáticas enfrentadas pelos países europeus em questão e suas colônias e que tiveram como resultado os tratados que foram se sucedendo onde, com acuidade, os foi analisando: Madri, Santo Ildefonso... até a problemática Guerra das Laranjas, além do porquê do ataque ao Departamento de São Miguel e as decisões tomadas tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Demonstrou ao longo da pesquisa que o *Malón de 1801*, não foi um evento isolado nas relações luso-hispânicas e brasileiro-platinas. Fez,

*com certeza, parte de um sistema geopolítico que definiu as ações relacionadas àquele evento, mas apenas em sua motivação primária* (p. 207).

Seu estudo preenche omissões que por vezes dificultaram a apreensão da dimensão histórica do político, à medida que pretendeu ser um recurso na compreensão do presente (passado ou *in flux*), através da análise da formação do que se poderia chamar de *racionalidades políticas*. E aí precisamente reside a originalidade do trabalho, inclusive pela metodologia utilizada: foi a partir de um objeto conhecido – o político – que adquiriu um caráter complementar à história social/das mentalidades/acontecimentos, que o A. reconheceu a constante necessidade de dialogar e interagir entre o homem e espaço, entre homem e tempo.

Ao conhecer este estudo pude, outrossim, observar em suas entrelinhas, que o autoritarismo que veio perpassando a história latino-americana não foi resultado de uma herança colonial (que parece dela, no entanto, não termos nos livrado totalmente) e nem mesmo foi historicamente determinada: antes, para derrubá-lo, o problema estava residindo na relação direta das lutas dos dominados e muitas vezes em sua incapacidade transformadora a fim de que fosse ultrapassada a expansão colonialista e imperialista de então.

Constatou ainda o Prof. Fernando que onde existia uma oportunidade de conquista, ela foi aproveitada; onde havia uma chance de anexação, não foi desperdiçada (p. 209).

Mas, em verdade, nem Portugal nem Espanha estavam interessados nesta disputa; todavia, na América do Sul ela foi desejada, principalmente pelos oportunistas da região e que sempre estiveram dispostos a agir.

Após a Guerra das Laranjas, a atuação de Madri, através da diplomacia, a fim de recuperar o território perdido aos portugueses, foi infrutífera, pois, primeiramente Portugal e, após, Brasil, garantiram a posse da área conquistada naquele ano de 1801.

Noutro prisma, os moradores da Bacia do Prata do lado espanhol e os da Bacia portuguesa, tiveram espaço à formação de um exacerbado nacionalismo que acabou por incentivar a xenofobia que até hoje, se bem que esporadicamente, mostra seu lado perverso.



## CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DO DESTERRO DE JUNDIAÍ

Regina Dragiça KALMAN<sup>1</sup>

O Cemitério Municipal de Jundiaí, que por muitos é conhecido como o *'Cemitério da Saudade'* – embora jamais tivesse recebido oficialmente tal denominação – tem também o nome de Cemitério “**Nossa Senhora do Desterro**”, foi durante longo tempo, o único de toda a região de Jundiaí, várias delas ainda incorporadas ao município de Jundiaí, que ali enterravam seus mortos, como Cabreúva, Jacaré, Itupeva, Louveira, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jarinu

### FUNDAÇÃO

Não se sabe ao certo quando foi inaugurado esse cemitério. Provavelmente tenha sido inaugurado em 12 de janeiro de 1872, mas não há um livro de ata de fundação, essa afirmação consta de uma carta assinada pelo Cônego Estanislau J. S. de Queiroz, documento que ficou muito tempo com o historiador e ex-prefeito Alceu de Toledo Pontes. Desconhece-se outro documento que faça alusão à possível data de sua fundação.

A epidemia ocorrida nos fins do século XIX, quando o cemitério local se situava no Bairro do Anhangabaú, talvez tenha apressado a

---

<sup>(1)</sup> É bacharel e licenciada em Ciências Sociais, Licenciada em História, Desenho e Plástica e Pedagogia, bacharel em Jornalismo e Direito. Especialista em História do Brasil, especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Professora de História e Educação Artística. Artista plástica, fotógrafa, escritora, cronista e poetisa. Membro efetivo da Associação dos Artistas Plásticos de Jundiaí e da Academia Jundiense de Letras. *E-mail*: reginakalman@yahoo.com.br

construção do Cemitério Municipal, que na ocasião ficava longe do centro da cidade. O livro de Tombo nº 01 da Igreja da Catedral de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, onde poderia se encontrar anotações oficiais sobre a data da fundação, ao que se informa, foi extraviado em 1868. Por outro lado, há nos livros da Cúria uma citação do Cônego Estanislau J.S. de Queiroz, relativa ao Cemitério de São Bento, já no ano de 1839, não se sabe se ela se refere ao antigo ou ao ‘novo’ cemitério.

Os outros cemitérios ‘populares’ que se sabe terem existido em Jundiáí, localizavam-se na área onde se encontra hoje, a Praça Dr. Domingos Anastácio, na atual Praça Governador Pedro de Toledo, e nas vizinhanças da antiga Igreja do Rosário, onde atualmente se acha localizado o Gabinete de Leitura “Ruy Barbosa”. Consta que esses locais não eram propriamente ‘cemitérios’, mas apenas o lugar usado para sepultamento de pobres e escravos por estarem localizados próximos das igrejas. De qualquer forma, quando foram feitas escavações nesses locais, encontrou-se grandes quantidades de esqueletos humanos.

Consta por outro lado, que o começo da maioria dos cemitérios distantes da cidade ocorreu em virtude das grandes epidemias. Ao que tudo indica, também o Cemitério Municipal de Jundiáí teve sua origem ligada a esse fenômeno, pois foram muitas as epidemias do século XIX, principalmente as de varíola.

## DOCUMENTOS E AS PRIMEIRAS REFORMAS

Os livros que existem do cemitério datam de 1891, portanto, são posteriores ao decreto- lei que regulamentou a formação dos cemitérios, qual seja, o decreto n. 789 de 27 de setembro de 1890. Segundo depoimento de funcionários da Prefeitura e da 1ª Delegacia de Polícia, foram queimados muitos documentos e livros considerados ‘velhos’ para serem guardados.

A partir de 14 de janeiro de 1891, assinado por Jacinto Franco de Lima, administrador na época, os livros do Cemitério passaram a ser regidos pela Câmara Municipal de Jundiáí, já que ainda não existia a Prefeitura (esta surgiu somente em 1905).

O Cemitério Municipal de Jundiáí passou por várias reformas, sendo que no início a sua entrada principal era na atual porta que dá para

a rua Barão de Jundiaí. É essa a parte mais antiga do cemitério, onde se entram também os personagens que mais se destacaram na vida pública e social da cidade nos séculos XIX e início do século XX.

A primeira reforma feita foi em 1938, pelo então prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1938/43), que construiu a atual capela, aumentou a parte da frente do cemitério e a atual entrada principal.

Na primeira gestão do prefeito Vasco Venchiarutti (1948-51), foram pavimentadas as avenidas internas do cemitério. O prefeito Luiz Latorre (1952/55), aumentou as quadras 8-A, 12-B, 15-A e 20-A. O engenheiro Vasco Venchiarutti (1956/59), em sua segunda gestão como prefeito, aumentou mais quadras, quais sejam, as de n.38 a 43. Já o prefeito Omair Zomignani (1960/63), cuidou da calçada da parte aumentada pelo seu antecessor.

Depois, na gestão do prefeito Pedro Fávoro (1964/69), foram introduzidas as câmaras frigoríficas e aumentadas as quadras de nº 44 a 47. Nesta época, devido à superlotação do cemitério municipal – que tornou um problema social – começou-se a pensar na criação de outro, vindo a surgir o segundo Cemitério Municipal ‘Nossa Senhora do Monte Negro’, no Jardim do Lago em Jundiaí. Iniciado na gestão do prefeito Pedro Fávoro (e concluído na gestão do prefeito Walmor Barbosa Martins (1969/73). Na mesma ocasião surgiu o Cemitério Parque dos Ipês, ao lado da Vila Alvorada, um empreendimento particular do grupo liderado pelos senhores Nils Lerbach, Pedro Ribeiro, Virgílio Torricelli e Tranquilo Sacramoni.

Ainda na primeira gestão do prefeito Walmor Barbosa Martins, criou-se ‘gavetas’ nos muros do cemitério central, para aumentar sua capacidade de sepultamento. Na sua segunda gestão, o prefeito Walmor Barbosa Martins (1989/92), reformou o Velório Municipal, inaugurado em 1992 ao lado do Cemitério Municipal, com grande espaço interno para o próprio velório no espaço superior que contém quadros do artista plástico jundiaense Inos Corradin. Foi também incluída uma capela no subsolo para atos ecumênicos com janelas adornados com vitrais artísticos de autoria do artista plástico jundiaense Marco Antônio Scarelli. No projeto original, foram encomendados treze quadros grandes ao mesmo artista para as paredes da capela, dos quais dez foram concluídos, porém,

acabaram por não serem adquiridos pela prefeitura e o projeto ficou inacabado e o que poderia ser uma grande obra artística, ficou reduzida apenas aos vitrais.

## PARTE ANTIGA

O centro do cemitério quando de sua fundação, era o portão que fica à esquerda do portão principal, com frente para a atual rua Barão de Jundiá, onde existia uma capela, que mais tarde foi demolida. Nessa parte é que estão sepultadas as pessoas de maior projeção naquela época, sendo os túmulos, em sua maioria, bastante suntuosos, construídos com mármore vindo de Carrara, cidade italiana. Alguns são simples, outros apresentam magníficos trabalhos de escultura, com anjos ou seres celestiais. As inscrições aparecem quase sempre esculpidas no próprio mármore, sejam em alto ou baixo relevo.

Não há quadras propriamente para classes sociais, embora realmente ‘sobrevivam’ os túmulos perpétuos. O mausoléu de Francisco Queiroz Telles é o que mais de destaca: é uma capela com, vitrais e altar. O mausoléu do Conde de Parnaíba, é de pedra maciça, ornado internamente com mármore branco.

Entre os túmulos com mármore de Carrara encontram-se também alguns com inscrições em inglês, italiano e hebraico. O túmulo com inscrição em hebraico é procurado por grande número de visitantes, pois desperta geral curiosidade. O mais interessante nesse túmulo, contanto, é que – segundo parece – houve um equívoco na anotação da data do falecimento da pessoa que ali está enterrada: pela inscrição existente, o falecimento teria ocorrido em 1888 da era cristã ou 5658 do ano hebraico, no entanto como pela comparação entre ambos os calendários, há uma diferença, ou seja, o ano correto da morte seria 1897 e não 1888.

Os livros de óbito do cemitério de 1891 a 1913 são em número de onze, os quais somados ao dos túmulos existentes, compõem uma documentação vasta para quem se interessa em pesquisas com o fito de enriquecer a nossa história regional e a própria história do Brasil.



## CAMPINAS NA “PEREGRINAÇÃO” DE ZALUAR

Augusto Emílio ZALUAR

(Nascido em Lisboa a 14 de fevereiro de 1825, Augusto Emílio Zaluar naturalizou-se brasileiro em 1856 e faleceu no Rio de Janeiro a 3 de abril de 1882. Tornou-se conhecido pelo volume “Peregrinação da Província de São Paulo”, que publicou em 1863, livro que lhe deu renome e é realmente valioso para o conhecimento das regiões por ele percorridas, tanto que mereceu reedição póstuma em 1943. Desta reedição, extraímos o que ele escreveu sobre a nossa Campinas (pp. 147-157).

Ainda não há oitenta anos existia, cerca de dezoito léguas ao noroeste da cidade de São Paulo, um lugar onde os tropeiros vindos da capital e de Santos, em direção a Cuiabá e Goiás, tinham construído alguns ranchos e descansavam suas tropas, para depois seguirem, pelo meio de sertões invios, as suas muitas vezes perigosas e arriscadíssimas jornadas.

As florestas primitivas cobriam em todas as direções este solo precioso. As caravanas dos desertos da América não precisavam, como as da Arábia, arvorar suas tendas no meio dos areais, porque a sombra dos jequitibás, das perobas e das figueiras bravias, derramava sobre a cabeça dos viajores uma frescura mais vivificante e do que a das palmeiras solitárias da Iduméia e da Palestina. A pureza do ar e o perfume das flores silvestres faziam deste lugar um verdadeiro oasis.

Quem sabe se pela mente de algum tropeiro desconhecido passou algum dia a idéia de que este lugar remoto seria em pouco mais de meio século um verdadeiro empório de riqueza e de civilização? O certo, porém, é que dos ranchos aglomerados nasceu em breve um arraial, e do arraial criou-se uma vila, e da vila fundou-se uma cidade, que é uma das primeiras da província de São Paulo, e faz parte de um dos municípios desta, que em produção agrícola e fortunas locais só tem paralelo com o Bananal. Contam que um indivíduo por nome Pedroso, perseguido pelo recrutamento, fugiu de Itu, donde era natural e, refugiando-se no meio das matas virgens que então cobriam este lugar, ficara tão surpreendido com sua fertilidade e clima, que, regressando a Itu, onde foi pouco depois preso, narrara a todos os prodígios deste terreno abençoado; o que tal modo influiu no ânimo dos habitantes daquela vila, que não só dali, como de Cotia, Parnaíba, Mogi-Mirim e Jundiáí, que já eram vilas antigas, afluiu gente a povoar estes sertões.

Esta povoação foi erecta em vial com o nome de São Carlos no ano de 1797. No lugar onde hoje existe a cidade havia então um pequeno campo de pastagem o que era de grande auxílio para o pouso das tropas, a que davam o nome de Campinho, que depois provavelmente se mudou no de Campinas, mais poético e em analogia com a perspectiva pitoresca do terreno.

Os primeiros povoadores do lugar entregaram-se logo ao cultivo e construíram engenhos de açúcar. Dessas diversas famílias de tão diversos pontos da província e algumas das quais eram já relacionadas entre si pelos laços do parentesco e da amizade, descendem as grandes famílias em cujas mãos estão hoje as mais importantes fortunas e talvez os destinos deste rico município. Por toda a parte as povoações modernas, animadas pelo espírito de progresso e pela vitalidade de suas forças juvenis, nos reproduzem constantemente o mesmo fato: enfraquecem ou anulam as povoações antigas. E não se pense que este fenômeno se manifesta somente no desenvolvimento material das povoações; pelo contrário, ele se torna bem patente na elevação das idéias e na aspiração para o seu aperfeiçoamento moral e social.

Se outros pontos que tenho percorrido me não houvessem fornecido já exemplos irrecusáveis desta verdade, aí está o município de Campinas para fazer baquear a última dúvida.

O progresso geral acelera-se aqui com rapidez notável.

Sobretudo nos últimos vinte anos, depois que começou a ser ensaiada e a produzir a cultura do café, pois até então o único ramo de cultura era cana e gêneros alimentícios, este fertilíssimo torrão da província de São Paulo excede em produção não só a quase todos os seus municípios, como ainda a um grande número de outros que tenho visitado na província do Rio de Janeiro. Será este resultado devido simplesmente às circunstâncias peculiares do seu solo, à uberdade dos terrenos, ao emprego de mais apropriados sistemas agrícolas, ou o é, também, e muito mais particularmente, ao espírito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes?

Parece-me que da aliança destas circunstâncias todas é que resulta o fato que pretendo assinalar.

Dezoito léguas distantes da capital da província, quase trinta do porto de Santos, e perto de cento e trinta da capital do Império, os habitantes de Campinas não podem gozar ainda com facilidade de todos os regalos que a civilização das grandes cidades proporciona a seus moradores; mas em compensação sobram-lhe os desejos e os meios de em breve o conseguirem.

Os homens mais antigos substituem com uma experiência sensata a ilustração que se lhes não dava na rudeza de outros tempos, prezam a educação e não poupam sacrifícios para ensinar seus filhos, que constituem hoje uma das mais brilhantes falanges da mocidade brasileira! Quereis convencer-vos do que digo? Vêde a independência das idéias políticas dos campineiros; observai o empenho com que formam as associações literárias; assisti às suas discussões continuadas; examinai o impulso de seus melhoramentos materiais; observai essa espécie de avidez com que ensaiam os diversos sistemas, e com que aplicam as máquinas ao aperfeiçoamento da produção agrícola; e dizei-me depois se um povo animado por tão brilhantes e úteis instintos tem ou não direito

a figurar desde já como um dos núcleos mais esperançosos não só da província como do país? No entanto todas estas lisonjeiras esperanças podem ser destruídas. Estes elementos de grandeza, que ora prometem um tão risonho porvir aos campineiros, dependem de um auxílio que, se lhes for negado, fará estacionar o seu desenvolvimento e até comprometer o seu futuro.

Sabeis qual é este auxílio?

É a estrada de ferro.

Não é este o lugar de desenvolver uma questão de tamanha magnitude; mas o que é porém certo, é que a estrada de ferro de Santos a Campinas apenas realizada, abrirá como por encanto novos e fecundos mamanciais de riqueza pública, e é sem dúvida a única garantia de futuro que corre aos lavradores do sul da província de São Paulo. A falta de vias de condução, e por consequência a dificuldade e careza dos transportes, sobrecarrega de onus tão pesados as povoações desta parte da província, que não há interesse que possa resistir sem abalo a este imposto exagerado e constante.

Calculei agora qual seria a importância de Campinas se houvessem fáceis comunicações para o grande mercado da Corte! Deve no entanto observar-se que hoje estão ainda os terrenos produzidos com toda a sua força de vitalidade, porém que, segundo o emprego dos nossos processos rotineiros e a crescente e assustadora escassez de braços, todos estes elementos de prosperidade tenderão a estacionar-se, e cairá este esperançoso município no estado de decadência em que já se acham muitos outros, se porventura se não realizar com brevidade a idéia dessa via férrea, que será um ponto de aproximação entre o produtor e o consumidor, e uma garantia segura de seus recíprocos interesses. Quando visitar o porto de Santos, estudarei, debaixo de um ponto de vista mais largo, todo o alcance desta importante via de comunicação interior, visto que por hoje limito-me a fazer esta observação sucinta em relação a este lado da província, e sobretudo ao município de que me ocupo. A cultura do café, que é hoje a principal do município data apenas de trinta anos, que foi introduzida, e vinte, que tem tomado o seu maior incremento. Existem

aqui cento e oitenta e nove fazendas que se empregam nesta cultura, e avalia-se, termo médio, a sua exportação para cima de setecentas mil arrobas.

Além do café, o cultivo da cana, a fabricação do açúcar e da aguardente continuam ainda a ser explorados com grande vantagem.

As vinte fazendas de cana com seus respectivos engenhos dão por ano sessenta mil arrobas de açúcar, que não só serve para o consumo local, como se vende para outros municípios, e ainda para a província de Minas; o mesmo acontece aos gêneros alimentícios que se plantam e colhem em grande abundância, não só pelos pequenos como pelos grandes proprietários. O primeiro introdutor da cultura do café em Campinas foi o fazendeiro Francisco Egídio de Souza Aranha, falecido há pouco tempo e que se deve considerar como tronco de uma das mais importantes famílias do lugar. A sua iniciativa neste gênero de cultura foi recebida então por quase todos os seus vizinhos com desconfiança e incredulidade.

Porém o incansável lavrador, longe de se desanimar neste empenho, aconselhou a muitos fazendeiros que tentassem ensaios desta nova indústria agrícola e com tanto ardor advogou a causa da cultura do café, que a família Sousa adotando a idéia, foi uma das primeiras que logo colheu esperançosos resultados, não só pela adoção de métodos mais aperfeiçoados, como pela propriedade dos terrenos, que até então se julgavam só próprios para as plantações de cana, quando a sua natureza era pelo contrário a mais apropriada à produção do café.

Foi dessa época que datou evidentemente todo o incremento do município. Esta transformação da lavoura abriu novas fontes de riqueza inesperada à atividade dos lavradores, e todos ou quase todos que têm terrenos convenientes se entregam hoje ao desenvolvimento deste ramo de indústria agrícola, que continua a produzir e produzirá ainda os mais vantajosos resultados.

Já que tanto me tenho demorado com a lavoura, direi agora algumas palavras acerca do não menos importante comércio de Campinas. O melhor meio, porém, de dar uma idéia mais palpável do seu

desenvolvimento, é oferecer aos leitores os seguintes dados estatísticos, que me foram ministrados pelos documentos oficiais de respectiva Câmara Municipal, e pelas pessoas habilitadas a quem consultei e que, com todo o empenho se prestaram a auxiliar-me neste trabalho. Há na cidade 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazens de gêneros de fora e 110 tavernas, o que tudo paga direitos à municipalidade.

Além destas, há três fábricas de licores, duas de cerveja uma de velas de cera, uma de chapéus, três hotéis, duas casas de bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, seleiros, armadores, quatro padarias, uma fábrica de charutos, três relojoeiros, três ourives, três retratistas em daguerreótipo e um a óleo, três pintores hábeis e uma tipografia onde se publica o **Conservador**, folha dedicada aos interesses de um partido e a quem devo sincero agradecimento pelas palavras lisonjeiras com que me cumprimentou o seu inteligente e ilustrado redator.

O comércio é, pois, ativo e florescente, porque é aqui o entreposto de Góias, Uberaba, Franca e outras povoações do interior com a côrte. Asseguraram-me, porém, que já foi muito mais importante e ativo com estes pontos; e assim mesmo ainda entram aqui todos os anos, da Franca, 400 e 600 carros, que trazem toucinho, algodão, queijo e feijão, que permutam por ferragens e sal em grande quantidade. A casa da câmara e a cadeia, reunidas em um mesmo edifício, apesar de edificadas com segurança, são acanhadas para o lugar, e construídas com mau gosto e sem as condições convenientes para o seu duplo destino.

No entanto a falta de um edifício apropriado é bem substituída pela dedicação e atividade dos cidadãos que representam a municipalidade, pois se não poupam a esforços e fadigas para proporcionar à cidade todos os melhoramentos materiais de que carece, não só no calçamento das ruas e embelezamento das praças, como na edificação de um mercado, em que se trabalha com empenho, e se espera concluir nestes dois ou três meses.

Os rendimentos da Câmara Municipal montam a 16:000\$ anuais. Há quatro igrejas em Campinas, que são as do Rosário, Santa Cruz, Matriz velha e Matriz Nova. As três primeiras nada têm de notável, bem como a

Capela das Almas. A Matriz nova, porém, segundo as proporções com que é edificada e as somas fabulosas que já se tem gasto, promete ser um dos primeiros ou talvez o primeiro templo não só do Sul como da província toda.

O plano de sua construção geral foi confiado ao hábil artista baiano, o Sr. Vitoriano dos Anjos, que fez da capela-mor, que está quase terminada no que diz respeito à obra de talha, um verdadeiro sonho de artista. O cedro que campeava outrora gigante no santuário das florestas, transformado agora pelas mãos do gênio em maravilhas de arte, adorna o santuário do Deus vivo. Tenho visto poucos trabalhos tão peregrinos executados em madeira. É um poema de flores, arrendados, colonatas, arabescos, grinaldas, florões enlaçados com profusão e simetria, beleza e unidade, traduzindo as idéias de uma alma de poeta sob as formas mais puras, graciosas e sublimes que se podem reproduzir pelo cinzel do escultor! O cedro passou do templo de criação ao templo da arte, cantando um salmo não interrompido de louvor a Deus, primeiro como a expressão da natureza, e depois como um hino da humanidade!

Este notável artista, já ancião e coberto de cãs, vive na mais ignorada obscuridade. Os seus trabalhos não são talvez apreciados nem remunerados como devem, o que explica a expressão de profunda tristeza e desgosto que se descobre na fisionomia do infatigável entalhador baiano. Surpreende ver o trabalho concluído por este homem em pouco mais de seis anos! As artes são ainda tão pouco acoroçadas entre nós que não deve admirar o que sucede a este em uma povoação afastada do interior, quando alguns artistas conhecemos nós que não são mais felizes no centro das grandes capitais. Na cidade há dois cemitérios públicos, um católico e outro protestante, várias confrarias religiosas e seus sacerdotes. Tratou-se de construir uma casa de misericórdia, para cujo fim existiu já formada uma sociedade com o fundo de mais de trinta contos de réis. Não sei em que ponto está agora.

O teatro de Campinas, melhor que o da Capital, faz honra ao bom gosto e riqueza da população. É pena não existir aqui uma companhia dramática permanente, o que seria uma útil distração para os habitantes, e um ponto de reunião agradável para se passarem as noites, quase sempre tão aborridas para quem vive nestes centros retirados.

O clima de Campinas é dos mais amenos e salutareos que conheço. Grande parte das estradas e caminhos vicinaes parecem longas aléias de jardins, rescendentes de vivíssimos perfumes e adornados do mimoso matiz de mil variadas flores umas despregadas em longos festões de cálices azuis, outras da família das cambarás em odorífera plumagem; outras, finalmente, como as flores de São João, parecem mergulhadas em púrpura, entrelaçadas à mosqueta bravia e ao jasmim selvagem, o que tudo faz impregnar constantemente a atmosfera de agradáveis e deliciosos odores.

Visitei alguns sítios, e por toda a parte vi aliado o esplendor da natureza, a seiva e robustez da vegetação ao caráter franco, sincero e liberal dos Campineiros. Se não se encontram ainda moradas de luxo e ostentosas riquezas em suas habitações campestres, acha-se nelas a hospitalidade cordial, a franqueza sem pretensões, e esse agradável conforto da intimidade que tanto cativa e penhora a quem visita os lares pacíficos deste povo, digno da sorte lisonjeira que sem dúvida lhe reserva a Providência.

Entre os homens cujo caráter pude apreciar mais de perto, está naturalmente colocado o Comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha. Se em Campinas fosse admitida a idéia de sujeição a qualquer influência, e este cavalleiro não fosse o primeiro a alimentar a plena independência de seus concidadãos, seria a verdadeira potência dos interessados políticos do lugar.

Tronco de uma das famílias mais poderosas de Campinas, ligado pelos laços da amizade aos homens mais importantes da província, dotado dessa afabilidade simpática que tanto predomínio exerce sobre todos que o conhecem, poderia sem custo exercer uma ditadura que a integridade de seu caráter, a pureza de suas convicções e o seu bom senso escrupulosamente rejeitam.

Ao lado deste, outros caracteres não menos nobres, quer de uma, quer de outra parcialidade política, merecem a estima geral conceito, não só de seus concidadãos, como dos estranhos que têm oportunidade de conhecê-los. Citarei entre estes o Sr. Joaquim Antônio de Arruda, dono

de uma das mais importantes propriedades agrícolas do lugar, onde, além do café, que colhe em grande escala, tem cultivado o trigo, que aí produz com o mais animador e lisonjeiro resultado.

Além deste, visitei o sítio chamado "São Francisco", pertencente ao Sr. Pedro Egídio, pitorescamente colocado à margem do rio Atibaia, e tão agradável pela sua posição topográfica como produtivo pela cultura da cana, de que aí existem as mais bonitas plantações que tenho visto. Vizinha deste fica a fazenda do Sr. Tenente-Coronel José Egídio, montada com uma excelente serraria de madeira, com cujo auxílio seu dono tira das soberbas matas que possuem lucrativa vantagem. Como estes, existe no município um grande número de fazendeiros, que não só constituem já as maiores fortunas do lugar, como prometem, como o progresso que vão desenvolvendo, acrescentar em breve a riqueza da província.

A instrução pública tem tido em Campinas um desenvolvimento não menos satisfatório que a lavoura. Existem aqui duas escolas públicas de primeiras letras, uma secundária e cinco particulares de instrução primária, sendo uma de meninas, e dois colégios de instrução secundária, sendo um de cada sexo; representando o número total dos alunos de todas estas aulas, do sexo masculino duzentos e quarenta, e do feminino cento e vinte educandas. Além destas casas de ensino, a maior parte dos fazendeiros pagam a mestres para educar seus filhos, e um bom número de jovens campineiros freqüentam atualmente em São Paulo as aulas da Faculdade de Direito. Em Campinas há dezesseis bacharéis formados em Direito, e apenas seis não são filhos do lugar. É tal a vontade que este povo tem de instruir-se, que já se acham fundadas na cidade duas associações científicas, uma com título "Recreio Literário de Leitura Campineiro", e outra de "Gabinete de Leitura", a qual já tem prestado grandes serviços e conta em suas estantes muitas obras de valor. Estas duas associações foram criadas e são quase exclusivamente sustentadas pelos moços de Campinas. Honra à mocidade que deseja instruir-se, e prefere o comércio dos livros e do estudo às frívolas distrações que por tanta parte inutilizam nossa juventude!

A população deste município, que abrange sete léguas de largura e oito de extensão, é de 24.000 habitantes, sendo 14.000 escravos e 10.000 livres. Da cidade de Campinas irradiam muitas estradas importantes, que a põem em contacto com os centros mais populosos e as povoações tanto desta como das províncias limítrofes. São geralmente mais transitadas estas vias de comunicação do que as da maior parte da província do Rio de Janeiro, o que é devido, não digo ao zelo da administração provincial, que pouco se importa com isso, mas às condições e sem dúvida à solidez do terreno e menos tráfego de tropas.

Este delicioso torrão da província de São Paulo é fértil em grande cópia de árvores frutíferas, não só indígenas como estrangeiras, que todos os anos oferecem aos seus moradores os agradáveis passeios a que chamam “ir às frutas”. As famílias viajam então em romaria de umas para outras fazendas, e se distraem com este salutar refrigério, enquanto os homens se entregam aos exercícios mais varonis da caça e da pesca.

Nunca encontrei em minhas viagens no Brasil como aqui, além das frutas do mato, que aí produzem em grande abundância, como sejam abacates, deliciosas jaboticabas, figos, uvas, morangos e muitas outras, conservando o mesmo sabor e perfume que os da Europa. Nesta terra as lutas políticas não têm separado os indivíduos, e, seja qual for a parcialidade a que pertençam, todos com raras exceções, se dão, visitam, convivem e formam, por assim dizer, uma só família.

Este é um dos títulos que, quanto a mim, mais recomenda o caráter deste povo. O arraial da peleja é junto à urna eleitoral; fora daí, todo o campo é tréguas e os mais encarniçados adversários se abraçam com fraternidade cordial antes e depois do combate.

No entanto os Campineiros, respeitadores das leis e das instituições do país, amam com entusiasmo a liberdade, e pode dizer-se afoitamente que são neste ponto da província um dos mais seguros baluartes do partido progressista. Foi perto da cidade de Campinas que se passou o trágico episódio político de 1842, no sítio denominado “Venda Grande”. Conheci e tive ocasião de relacionar-me com muitas das pessoas que tomaram parte muito ativa nesse desastroso conflito, e que assistiram a todas as peripécias desse drama sanguinário e lutuoso. É uma página da

história cuja mancha ainda não pôde apagar a mão do tempo, para que ela se tornasse legível à luz da publicidade. As legendas desse dia funesto correm no entanto na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fratricida.

Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena. Deixo a outros mais competentes historiar um fato que não deve no entanto ficar no esquecimento, pois terá a dupla vantagem de servir de exemplo a uns e de remorso a outros.

Vivi perto de dois meses entre os campineiros, e fui sempre tratado por eles com cordialidade e franqueza. Deram-me constantemente as provas de um apreço que poderia bem lisonjear o meu amor próprio, se não fosse mais poderoso o desejo que tenho de testemunhar-lhes o sentimento de minha gratidão.

Recebam pois esta confissão pública como uma garantia da esperança que outro de sua prosperidade, e dos votos que faço para que a administração provincial, estudando com critério os interesses vitais dos municípios do Sul, empenhe todos os seus esforços para que a linha férrea que se acha projetada até Jundiaí prolongue mais algumas léguas o seu traço, e vá animar a lavoura, a indústria e o comércio deste novo e fértil torrão da província de São Paulo e dos centros com que comunica, que sem esse eficaz auxílio terão apenas um lento e demorado desenvolvimento.

No trajeto de São Paulo a Campinas a única povoação que se encontra é a vila de Jundiaí. As duas vezes que por aí passei foi com tanta rapidez que não tive tempo de observá-la minuciosamente, nem de obter as informações necessárias para um trabalho mais desenvolvido. No entanto posso afirmar que o seu aspecto geral é circunscrito, triste e sem edifícios ou prédios importantes. Logo ao sair desta povoação encontra-se o pouso do Sr. Pinto, bem conhecido dos viajantes pela jovialidade de seu dono e pelo agasalho que este faz às pessoas que ali pernoitam ou descansam. Deus o conserve!

Quem não viajou ainda pelos lugares retirados do interior do país, não concebe o que quer dizer um "bom pouso!"

Depois de dez ou doze léguas de jornada, aturando os caprichos de uma cavalgada refratária ao impulso da locomotiva, coberto de suor e de poeira, extenuado de cansaço, sentido uma dor em cada articulação, no estômago um vácuo impertinente, e achar-se como por encanto sentado a uma boa mesa, namorando com a vista uma cana de lençóis bem alvos, é uma felicidade suprema que o habitante das grandes cidades, o homem que vive sem viajar, desconhece inteiramente, e por conseqüência não pode apreciar. Acrescentarei a isto que não há nada mais raro do que encontrar para estes lados um pouso semelhante.

Imaginal, portanto, em lugar deste abrigo confortável, entrardes em uma mesquinha arribana, refúgio de todos os insetos para que os sábios ainda não acharam explicação na natureza, e serdes obrigados a contentar o apetite com os dois invariáveis regalos de feijão mal cozido e lombo mal frito, isto em presença de uma cama de correias de couro entrançadas, suja, velha, sebenta, com lençóis da côr da colcha, que é sempre escura, debaixo de um teto sem fôrro e à luz de uma candeia enfumaçada; acreditai que ainda assim não podereis compreender o que é “um bom pouso.

É preciso passar por certas sensações para saber dar-lhes o valor; é por isso que nunca me esquecerá o pouso do Sr. Pinto.

De Campinas fomos visitar a colônia do Ibicaba, fundada pelo Senador Vergueiro, passando pela fazenda do Morro Azul, deliciosa vivenda do Sr. Jordão.

A Colônia Vergueiro merece um trabalho especial, que pretendemos escrever como aditamento a este volume, tratando em geral da colonização em São Paulo e particularmente das colônias aqui estabelecidas, algumas das quais tantos serviços têm já prestado à lavoura.

Por hoje limitamo-nos a afirmar que, depois de visitar o grandioso estabelecimento de Ibicaba, saímos satisfeitos da atividade, asseio, ordem e contentamento que reina entre os seus moradores.

Estivemos também na cidade de Rio Claro, mas tão pouco tempo que não podemos ocupar-nos hoje de uma descrição minuciosa a seu respeito.

Uma das jornadas mais agradáveis que temos feito na província de São Paulo foi as doze léguas que vão de Campinas a Piracicaba, ou moderna cidade da Constituição.

Montamos a cavalo eram onze horas de uma noite magnífica de luar. O meu companheiro de viagem, prático nos caminhos e dotado de viva e ardente imaginação, fazia voar as horas, que ordinariamente costumam ser tão fadigas para quem as atravessa sozinho e no silêncio da noite, contando-me as tradições locais e alguns dos episódios históricos da insurreição de 1842, que, como filho da província e quase do lugar, conhecia em todos os seus pormenores.

Havia um não sei quê de solene e grave na hora, na natureza e na expressão do entusiasmo do inteligente narrador. Verdadeiro Paulista no coração e nos costumes, o meu companheiro, envolvido no seu largo ponche, que lhe deixava ver os contornos de um corpo bem formado, trazia apenas a descoberto a fisionomia audaz e varonil, onde se lia esse cunho de heróica intrepidez que tanto caracteriza os filhos das raças meridionais; um largo chapéu de palha, botas de montar e chinelas, um bom revólver à cinta, eis o que completava o traje do distinto Piracicabano, em cuja companhia tive o gosto de fazer esta digressão noturna.

A noite estava de um esplendor majestoso. O silêncio dos ermos era apenas quebrado pelo som das passadas dos nossos animais, e de vez em quando pelo grito plangente ou agudo dos pássaros selvagens despertados ao rumor da nossa passagem. A não ser isto, o silêncio mais absoluto reinava por toda a parte.

A lua, em sua plenitude, derramava feixes de pálida luz pelos contornos desiguais da estrada, mas quebradas dos outeiros, e prateava com doce brilho a vegetação dos prados e as folhas verdejantes e orvalhadas dos arbustos.

Por hoje limitamo-nos a afirmar que, depois de visitar a grandioso estabelecimento de Ibicaba, saímos satisfeitos da atividade, asseio, ordem e encantamento que reina entre seus moradores.

Estivemos também na cidade do Rio Claro, mas tão pouco tempo que não podemos ocupar-nos hoje de uma descrição minuciosa a seu respeito. (147-159).





## A OBRA DE CÂMARA CASCUDO

Hitoshi NOMURA

Em boa hora a Global Editora resolveu reeditar os livros de Luiz da Câmara Cascudo, muito apreciados principalmente pelos etnógrafos e folcloristas brasileiros.

Tive o ensejo de conhecê-lo em sua residência em Natal, RN, em dezembro de 1964 e reencontrá-lo em outubro de 1981. Infelizmente nesta ocasião ele estava com problemas na visão, pouco enxergando. Entretanto, ainda conversava muito bem. Com prazer o homenageei, no livro *Vultos do Folclore Brasileiro* (Edição da Fundação Vingt-un Rosado, Mossoró, 2001), colocando uma fotografia sua na capa e escrevendo sobre ele nas páginas 54 a 56.

Luiz da Câmara Cascudo nasceu na cidade de Natal, RN, em 30 de dezembro de 1898, vindo a falecer na mesma cidade em 30 de julho de 1987, com quase 89 anos de idade. Seu avô paterno era Antônio Justino de Oliveira, que tinha o apelido de Velho Cascudo, por ser membro do Partido Conservador. Seus filhos Francisco (pai do folclorista) e Manuel adotaram o sobrenome Cascudo, mas os outros dois, Antônio e José, não o fizeram. Cascudo é o nome popular de um peixe que os índios chamavam de acari, que possui placas em seu corpo.

Desde jovem ele costumava ouvir as conversas das criadas, algumas descendentes de escravos, que relatavam fatos, lendas e contos que ele foi guardando na memória, para reproduzi-los mais tarde em seus livros. Ele começou a escrever para os jornais quando tinha apenas 16 anos de idade.

Cascudo estudou humanidades no Ateneu Norte-Riograndense. A seguir ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, que cursou até o 3º ano, e depois iniciou o curso de Direito na Faculdade do Recife, colando grau em 1928. Além de se dedicar ao jornalismo Cascudo ministrava aulas de História, Geografia Humana, Etnografia e Folclore. Ao todo ele publicou 127 livros.

A Global reeditou, as seguintes obras: *Contos Tradicionais do Brasil*; *Mouros, Franceses e Judeus*; *Made in Africa*; *Superstição no Brasil*; *Antologia do Folclore Brasileiro (2 volumes)*; *Dicionário do Folclore Brasileiro*; *Lendas Brasileiras*; *Geografia dos Mitos Brasileiros*; *Jangada*; *Rede de Dormir*; *História dos Nossos Gestos*; *Locuções Tradicionais no Brasil: Civilização e Cultura*; *Literatura Oral*; *Vaqueiros e Cantadores*. Agora essa editora acaba de publicar a *História da Alimentação no Brasil* (954 pp., 2004, 3ª edição). A 1ª edição foi publicada em 1967 (volume 1) e em 1968 (volume 2).

Essa obra é mais do que uma lição de culinária. Cascudo estudou a fundo o assunto, mostrando aos leitores o que se comia e bebia no Brasil, principalmente os de origem indígena, africana e européia. Os chefes de cozinha dos principais restaurantes brasileiros apreciam essa obra, onde se encontram muitas receitas de pratos tradicionais brasileiros.

Na primeira parte da obra ele mostra o cardápio indígena, a dieta africana e a ementa portuguesa e, na segunda, apresenta a cozinha brasileira, comentando a sociologia, os elementos básicos, as técnicas culinárias e o ritmo da refeição. Em capítulos especiais ele discute o farnel de trabalho e viagem, as superstições alimentares, as bebidas, comida de esteira e mesa, mitos e realidades da cozinha africana no Brasil e o folclore da alimentação.

Em suas pesquisas bibliográficas Cascudo localizou a obra de Domingos Rodrigues, datada de Lisboa, 1680, denominada *Arte de Cozinha*, que ele considera o tratado mais antigo de cozinha de Portugal. A obra anônima, *O Cozinheiro Nacional*, de 1867, é a principal referência que trata dos pratos servidos no Brasil.

Para Cascudo a mandioca é a rainha do Brasil, pois era e é consumida pelos indígenas e foi adotada pelos europeus que aqui chegavam. O preparo de pratos à base da mandioca foi anotado pelos primeiros cronistas como os Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, Hans Staden, Pero de Magalhães Gandavo (autor do primeiro livro sobre a História do Brasil), Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Jean de Léry, André Thévet, Claude d'Abbeville, Ivo d'Evreux, Frei Vicente do Salvador, Guilherme Piso, etc. Os portugueses levaram a mandioca para suas colônias africanas, onde é muito apreciada até os dias atuais.

Vasta é a bibliografia que Cascudo consultou, em diversos idiomas, permitindo ao leitor a se aprofundar no assunto da alimentação.

Vale a pena ler e apreciar o livro, que já foi elogiado pela crítica especializada tanto no Brasil quanto da Itália, Espanha, França, Portugal e Estados Unidos.





## UMA TENTATIVA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DA ANTIGA COMARCA DO RIO DAS MORTES, EM MINAS GERAIS

José Antônio de Ávila SACRAMENTO<sup>1</sup>

*“Mal ou bem, mais mal do que bem, o Brasil já tem seu estoque de cultura-inerte; trata-se agora de fazê-lo circular, de torná-lo ação.” (Teixeira Coelho)*

O descaso com a documentação é um problema grave; a destruição e a falta de cuidado com os documentos é uma agressão, uma espécie de extermínio da memória nacional. Por alegações de falta de espaço, mera ignorância e muitas outras causas, nenhuma justificável, a nossa memória se esvai, sob a alegação de que “são papéis velhos sem importância...”. Para fugir desses problemas torna-se necessário implementar formas viáveis e eficientes de proteção e preservação do nosso patrimônio cultural, principalmente das partes que ainda estão em condições de serem salvas<sup>2</sup>. Esses registros de época despertam a nossa

<sup>(1)</sup> Atual Diretor Executivo do Centro Regional de Documentação das Vertentes.

<sup>(2)</sup> Hoje, fala-se muito em preservação. E entendemos que se fala com atraso, pois o silêncio, o descaso, a negligência, a falta de visão, o pragmatismo inconsequente, o progressismo cercado de negociatas e o comodismo foram responsáveis por perdas irreparáveis. Em São João del-Rei, a perda que mais se evidencia, obviamente, foi a arquitetônica. Por falta de uma política explícita, sabemos, os são-joanenses, o quanto a cidade foi desfigurada, permitindo-se que um valioso patrimônio visual fosse substituído por construções de gosto duvidoso. (Braga & Ramalho, 2002)

curiosidade para a pesquisa e a nossa capacidade crítica de historiador, levando-nos a pensar e a obter conclusões, as quais representam a análise e a avaliação dos relatos registrados.

Não temos ainda, infelizmente, a consciência histórica bem formada; sendo ainda mais claro, não temos a exata dimensão da importância dos arquivos. As pessoas, muitas das vezes, guardam ou destroem livros, cartas, fotografias, jornais e outros papéis com objetivos imediatos. Em nossa região, a maioria dos arquivos não tem segurança, não tem endereço certo, não está disponível, não dispõe de verba para manutenção e conservação e nem dispõe de pessoal habilitado ou disposto a ajudar nas buscas<sup>3</sup>.

A História, como se sabe, não é uma “coisa morta”. Coisa morta é “lenda”, que se faz na falta de História. “Coisa morta” é escrever sobre um passado a que não pertencemos, sem a análise de material pertinente, possibilitando que a nossa imaginação crie panoramas sem a garantia de autenticidade. A História é o fato, o documento, o acontecimento político, a condição sócio-econômica de um exato momento, é a concepção real e fundamentada dos acontecimentos; sendo assim, a idéia de se escrever um relato “a posteriori”, diante de um contexto e sem testemunhas, não é recomendável, pois isso seria ficção. Para evitar que isso aconteça socorremo-nos do testemunho dos documentos, os quais devem ajudar a composição de um retrato mais aproximado daquilo que ocorreu.

A necessidade de organizar arquivos, bibliotecas e proteger o Patrimônio Cultural desta cidade, não apenas o patrimônio material ou tangível, mas também o patrimônio imaterial ou intangível<sup>4</sup>, a despeito dos

---

<sup>(3)</sup> Esses acervos, públicos e privados, encontram-se atualmente dispersos. Alguns, bem guardados, outros, nem tanto, para não dizer a caminho da perda total. Disponível, teórica e praticamente, apenas o acervo do IPHAN. (Braga & Ramalho, 2002)

<sup>(4)</sup> A expressão de uma cultura não se restringe àquilo que é mais visível e tangível; as concepções do espírito humano são elaboradas e registradas de várias formas, das mais generalizadas às mais específicas. Por isso, os coordenadores do projeto, aqui apresentado, entendem que é absolutamente necessário salvar os acervos documentais, sobretudo os escritos, antes que estejam definitivamente perdidos, quer pela ação inexorável do tempo, quer por outros elementos destruidores, que atuam de modo fortuito ou constantemente. (Braga & Ramalho, 2002)

esforços empreendidos pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, quase nunca é encarada com disposição ou boa vontade política do Poder Público, embora essas iniciativas sejam um meio eficaz de se fomentar a atividade turística, privilegiando a nossa tão propalada vocação cultural, que rende divisas e gera oportunidades de trabalho<sup>5</sup>. Nossa memória (brasileira, mineira e são-joanense), embora rica, é ainda bastante desconhecida e carece de maiores estudos e melhores cuidados. Há documentos conhecidos que estão sendo destruídos por diversos motivos; há, ainda, aqueles acervos desconhecidos, que permanecem nos fundos das gavetas, nas velhas estantes (mofados ou sendo corroídos pelas traças), nos arquivos eclesiásticos, nos álbuns de fotografias, nas velhas casas, muitas das vezes sob as goteiras, sendo corroídos por térmitas e ratos, estando assim impedidos de “dizer-nos” alguma coisa. Salvar a nossa memória, principalmente aquela que ainda não está irremediavelmente perdida é uma necessidade urgente.

Sobre o descaso com a memória, vale a pena transcrever o que se segue:

*Infelizmente, ainda temos vestígios da mentalidade subservientemente colonizada, na qual se privilegia o que ocorre na metrópole e se despreza*

---

<sup>(5)</sup> Mesmo com as dificuldades atuais, a da dispersão e a da difícil disponibilidade, os acervos de São João del-Rei e da região são procurados por pesquisadores de diversas áreas. Com a criação do Centro Regional de Documentação das Vertentes, temos a absoluta certeza de que as pesquisas aqui realizadas serão ampliadas em quantidade e qualidade. São João del-Rei poderá transformar-se num pólo de atenção nacional e internacional, em fimção da importância dos seus acervos, bem como pelo tratamento dado a esses acervos. Além disso, estaremos contribuindo de maneira concreta para a organização de parte dos atrativos culturais disponíveis a ser inserida no grandioso produto turístico Estrada Real e suas Variantes, que ora se implementa no Estado de Minas Gerais. Devidamente equipado e em efetivo funcionamento, o Centro Regional de Documentação das Vertentes será um exemplo para outros pólos culturais que se estendem de Diamantina a Parati, abrangendo importante região, onde aconteceu parte substancial da História do Brasil. (Braga & Ramalho, 2002)

*o que acontece ao nosso redor. A própria Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida, fundada em 1824, que tem seus méritos inegáveis, possui algumas obras raras, que dão ensejo ao cidadão comum de São João del-Rei gabar-se de que ali há uma coleção completa da “Gazette Nationale”, ou “Le Moniteur Universel”, no qual há o processo de Maria Antonieta, que ele jamais leu ou lerá. Entretanto, esse mesmo cidadão comum nunca ouviu falar, por exemplo, que Basílio de Magalhães escreveu e editou mais de uma centena de obras, além de uma infinidade de artigos de jornal, e que naquela mesma biblioteca só existem seis títulos da extensa obra do notável e esquecido polígrafo. Também desconhece o fato de que o professor Antônio Rodrigues de Melo escreveu mais de 20 peças teatrais, entre o fim do século XIX e início do século XX, conforme anunciavam os jornais de sua época, e, no entanto, só temos uma disponível. Somente agora, algumas instituições têm valorizado a recuperação de suas histórias, e já tivemos a oportunidade de constatar pessoalmente o esforço desenvolvido, por exemplo, pelo Regimento Tiradentes, pela Loja Maçônica Charitas II, pela Santa Casa da Misericórdia, pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instituições centenárias da cidade, as quais têm reservado tempo e recursos financeiros para reconstituir seus passados de forma sistemática e organizada. Não raro, verificam as lacunas, provocadas pela perda de documentos importantes. (Braga & Ramalho, 2002)*

Essa preocupação, decerto, foi a que (co)moveu o prof. Oyama de Alencar Ramalho<sup>6</sup> a idealizar e fomentar a criação de um “Centro Regional de Documentação” na nossa cidade<sup>7</sup>. Capturar os documentos, através de tecnologia digital e disponibilizá-los para a consulta pública através de CD-ROM’s, era uma brilhante e necessária idéia que atenderia também aos objetivos culturais da Academia de Letras<sup>8</sup>, viabilizando uma

<sup>(6)</sup> O professor, pesquisador e escritor Oyama de Alencar Ramalho foi o idealizador do Centro de Documentação enquanto presidente da Academia de Letras de São João del-Rei no biênio 2001-2002. Trabalhou incansavelmente pela sua instalação e montagem; ainda vem prestando orientação e relevantes serviços ao Centro, sempre de forma bastante objetiva e eficaz.

<sup>(7)</sup> Os acervos documentais existentes na cidade e na região formaram-se de acordo com o imperativo dos procedimentos de cada época. Com a transformação do arraial na Vila de São João del-Rei, em 8 de dezembro de 1713, primeiro, certamente apareceram os documentos da administração colonial. Os cartoriais surgiram a partir de 6 de abril de 1714, quando a vila foi instituída como cabeça de vastíssima comarca. Concomitantemente a Igreja Romana, vinculada à Coroa, fazia as escritas de praxe, determinadas pelas Ordenações Filipinas, ou seguindo suas antiquíssimas tradições. No decorrer do tempo, várias instituições foram criadas, escolas, orquestras, organizações militares, associações civis de várias naturezas, todas elas registrando aquilo que lhes era peculiar. Além disso surgiram pessoas que produziram trabalhos intelectuais e literários, editaram livros, revistas, álbuns, tiraram fotografias, fundaram inúmeros jornais, esculpiram imagens, compuseram músicas e pintaram quadros. Nesse meio, é digna de nota a criação da Biblioteca Pública (que hoje tem o nome de seu fundador: Baptista Caetano de Almeida), no longínquo 1824, possuidora de importantíssimo acervo de obras raras. (Braga & Ramalho, 2002)

<sup>(8)</sup> Na verdade dois projetos deram origem a idéia do Centro Regional de Documentação. O primeiro, surgido na Academia de Letras de São João del-Rei, pretendia criar a Biblioteca de Autores São-joanenses, para que se pudesse reeditar as obras esgotadas ou supostamente perdidas. Num levantamento sumário, foram catalogados mais de uma centena de autores, alguns, responsáveis por vasta obra, como é o caso de Basílio de Magalhães. O segundo, nascido no âmbito da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (agora Universidade Federal de São João del-Rei, a partir de 21 de abril de 2002), pretendia colocar à disposição dos interessados o acervo que foi a Biblioteca do Club Teatral Arthur Azevedo, fundado em 1905. Naquela agremiação cultural, ao longo de 80 anos, foram encenadas peças de autores nacionais, internacionais e locais, sempre com grande sucesso. O acervo original está sob a guarda do Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas-GPAC, da própria FUNREI. A pretensão, tanto do primeiro como do segundo projetos, evoluiu para um empreendimento mais amplo: por que não organizar um centro de documentação que contemplasse a preservação de todos os acervos da cidade e região? Foi aí que surgiu a idéia de um Centro Regional. (Braga & Ramalho, 2002)

das metas da gestão presidencial referenciada. A idéia da criação do Centro foi também, naturalmente, o resultado das dificuldades observadas pelo pesquisador e escritor, que constatou a grave deterioração das nossas fontes documentais primárias e a grande dificuldade de consultá-las. A organização de um acervo documental, da cidade e região, preservados e reunidos, disponíveis para pesquisas era um desafio a ser perseguido. O Centro de Documentação *“foi organizado tardiamente, mas ainda em tempo para mobilizar os proprietários de quaisquer tipos de documentos importantes, com o intuito de salvá-los da destruição.”*

Então, de acordo com o que se pretende fazer, são passíveis de captura todos os documentos colocados à disposição do Centro, inclusive aqueles que constituem patrimônios de famílias e são alvos de justificados ciúmes, pois após a captura, esses acervos permanecerão com os proprietários, uma vez que apenas suas imagens serão armazenadas no Centro, em espaço físico bastante restrito (os discos armazenam muita informação em pouco espaço, são fáceis de guardar, serão lidos através de computador e impressos ou copiados, se assim for a preferência do consulente). Creio que esse fator – o de que o Centro não guardará documentos originais – é elemento facilitador para a captura anteriormente mencionada.

Com o avanço das novas tecnologias, sobretudo a da multimídia, optamos pelos processos digitais, levando-se em conta os seguintes motivos: baixíssimo custo operacional; fácil acesso para pesquisadores e interessados, através de microcomputadores e da Internet; estamos buscando utilizar o procedimento atual dos grandes centros de documentação e museus, existentes no país e no mundo.

É, então, de suma importância que a população e as nossas entidades públicas e privadas, religiosas e militares, colaborem com os propósitos do Centro Regional de Documentação das Vertentes, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, instalada em 08 de janeiro de 2002, com sede e foro nesta cidade<sup>9</sup>. Ao ser aprovado o seu

---

<sup>9</sup> O CRDV encontra-se instalado (provisoriamente) no espaço físico da sede da Academia de Letras de São João del-Rei, ou seja, na Praça Frei Orlando – 90-F – CEP 36307-352 – São João d’El-Rey – MG.

Estatuto, que já vinha sendo discutido desde o ano de 2001, os associados fundadores elegeram o Conselho de Administração, que, por sua vez, designou a Diretoria Executiva.

Na ocasião, esteve presente o renomado especialista em processos digitais, o empresário dr. Miguel Francisco Pacheco e Chaves (RCS ArteDigital/SP) que trouxe na bagagem seus mais recentes trabalhos realizados:

- *Iconografia Brasileira: Coleção Itaú*. São Paulo: Itaú Cultural Contra Capa Livraria, 2001.
- *Brasil 50 mil anos: Uma viagem ao Passado Pré-Colonial*. São Paulo: Ipsis Gráfica Editora/USP, 2001.
- *Bia Corrêa do Lago. Coleção Visões do Brasil. Augusto Stahl*. Editora Capivara, 2001.
- *Pedro Karp Vasquez. Coleção Visões do Brasil. Revert Henrique Klumb*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.
- *Pedro Corrêa do Lago. Coleção Visões do Brasil. Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.
- *George Ermakoff Coleção Visões do Brasil. Juan Gutierrez*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.

Fez ainda uma explanação bastante ilustrativa e com bastante conhecimento de causa sobre a importância dos processos digitais, afirmando: “*documentos importantes são documentos conhecidos pelo público*”.

É preciso compreender, afinal, que a captura dos acervos e seu condensamento em CD-ROM's, por si só, com tudo o que significa de zelo e de guarda para o futuro, não teria sentido se não fosse para colocá-los à disposição do público. Guardar e mostrar é, se assim podemos dizer, a “alma” do Centro.

Durante a execução dos trabalhos de captura dos acervos, o Centro de Documentação incentivará os proprietários das fontes primárias

a guardá-las de acordo com as técnicas adequadas de arquivamento, podendo, inclusive, sugerir ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural a tombar esses acervos<sup>10</sup>. O Centro Regional de Documentação das Vertentes poderá ser interligado em rede com outros centros, colocando os acervos capturados na Internet. A criação do Centro vem ao encontro da necessidade primordial de também organizar os nossos acervos culturais como atrações de produtos turísticos.

Na verdade, concentrando esforços na criação e consolidação de um arquivo de toda esta rica região da antiga Comarca do Rio das Mortes, várias entidades entenderam a proposta e já manifestaram formalmente seus apoios a criação e instalação do Centro Regional de Documentação.<sup>11</sup>

Penso que somente assim, com os nossos documentos preservados através de iniciativas como a do Centro Regional de Documentação das Vertentes, estaremos livres de um dia, nós ou nossos filhos, precisarmos de travar infelizes conversações com vermes, como o “*Dom Casmurro*” de Machado de Assis:

“Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles.

- *Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada do que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos.*”

---

<sup>(10)</sup> Ao preparar um acervo para ser capturado, será uma boa oportunidade para sugerir ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural o tombamento do referido acervo ou até de documentos específicos, cujo valor histórico seja relevante, aumentando a responsabilidade social dos proprietários. (Braga & Ramalho, 2002)

<sup>(11)</sup> Na prática a criação do Centro Regional de Documentação das Vertentes foi precedida do convencimento dos diversos proprietários de acervos históricos e entidades representativas, buscando a união em torno do esforço comum de salvar uma parte significativa do nosso patrimônio cultural. As manifestações formais atestam o empenho da comunidade de São João del-Rei e da região das Vertentes nesse sentido. (Braga & Ramalho, 2002)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. C. Navarro de. In *Arquivos, Patrimônio e Memória-Trajetórias e Perspectivas*/organizadora Zélia Lopes da Silva. -São Paulo: editora UNESP: FAPESP, 1999. – (Seminários & Debates).

ATA DE INSTALAÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DAS VERTENTES-CRDV, São João d'EI-Rey, MG. 08 de janeiro de 2002.

BRAGA, Cláudia Mariza & RAMALHO, Oyama de Alencar. *Proposta de organização do Centro Regional de Documentação das Vertentes*. (Projeto interinstitucional, apresentado à F APECIFUNREI (Universidade Federal de São João del-Rei), que atuou como empreendedora visando a captação de verbas para a montagem e aparelhamento do CRDV, utilizando-se dos benefícios da Lei de Incentivo à Cultura. São João d'EI-Rey, MG, 2002.

ESTATUTO DO CENTRO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DAS VERTENTES, São João d'EI-Rey, MG. 08 de janeiro de 2002.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. 1899.

RAMALHO, Oyama de Alencar. *Centro Regional de Documentação das Vertentes*. In *Jornal Sindcomércio*, n. 14, p.2, São João d'EI-Rey, MG. Dezembro de 2001.

SAO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* / DPH. São Paulo: DPH, 1992.





## DO FORAL DE DUARTE COELHO (24-9-1534)

“(…) Quaisquer pessoas que na dita capitania carregarem seus navios serão obrigadas, antes que comecem a carregar e antes que saiam para fora da dita capitania, de o fazerem saber ao capitão dela para prover e haver que se não tirem mercadorias defesas, nem partirão isso mesmo da dita capitania sem licença do dito capitão, e não fazendo assim, ou partindo sem a dita licença, perder-se-ão em dobro para mim todas as mercadorias que carregarem, posto que não sejam defesas, e isto porém se entenderá enquanto na dita capitania não houver feitor ou oficial meu, porque havendo aí a ele se fará saber o que dito é e a ele pertencerá fazer a dita diligência e dar as ditas licenças.

O capitão da dita capitania e os moradores e povoadores dela poderão livremente tratar, comprar e vender suas mercadorias, com os capitães das outras capitánias que tendo provido na dita costa do Brasil, e com os moradores e povoadores delas e de umas capitánias para outras, das quais mercadorias e compras e vendas não pagarão, uns e outros, direitos alguns.

(…) Os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário for. Notifico assim ao capitão da dita capitania que ora é e ao diante for e ao meu feitor e almoxarife e oficiais de meus reinos e senhorios, assim da Justiça como da Fazenda, e mando a todos em geral e a cada um em particular, que cumpram, guardam e façam inteiramente cumprir a guardar esta minha carta de foral, assim e da maneira que nela se contém sem lhe nisso ser posto dúvida, nem embargo, nem contradição alguma porque assim é minha mercê. E por firmeza disso mandei passar esta carta, por mim assinada e selada do meu selo pendente, a qual mando que se registre nos livros da minha feitoria da dita capitania, para que a todos seja notório o

conteúdo deste foral e se cumpra inteiramente. Manoel da Costa a fez em Évora a XXIII dias do mês de setembro ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e XXXIII anos. Tapajós, Vicente da Costa Santos – **A política administrativa de D. João III**, 163-164. Editora da Universidade de Brasília.

\*

### COMO OS PAGÃOS VIAM OS CRISTÃOS (CELSO)

Eis as suas (dos cristãos) máximas: “Longe daqui todo o homem que possua alguma cultura, alguma sabedoria ou alguma inteligência; essas são, a nossos olhos, más recomendações: mas quem for ignorante, estúpido, inculto e simples de espírito, que venha a nós ousadamente”. Reconhecendo que tais homens são dignos do seu deus, eles mostram bem que não podem e não sabem atrair senão os ingênuos, as almas vis e imbecis, os escravos, pobres mulheres e crianças. Acontece o mesmo no seio das famílias. Vêm-se aí cardadores de lã, sapateiros, pisoeiros, gentes da última ignorância e desmunidas de qualquer educação que, na presença de seus amos, homens experientes e inteligentes, se precautam bem de abrir a boca; mas quando encontram em particular as crianças da casa, ou as mulheres que não têm mais raciocínio que eles próprios, põem-se a pregar-lhes maravilhas...” (Freitas, **900 textos e documentos de História**, vol. I, 109. Lisboa, Plátano, 1977).



## BERTICHEM, PEDRO GODOFREDO (1796 -?)

Prefaciando uma nova edição do precioso álbum sobre o Rio de Janeiro e seus arredores, publicado em 1856 por Pedro Godofredo Bertichem, afirmou Gilberto Ferrez que dois propósitos o animaram nesse empreendimento: tornar conhecidos aspectos fiéis do Rio de Janeiro de meados do século passado e tirar do esquecimento um pintor holandês que dedicou vários anos de sua vida à nossa antiga capital. E pondera ser muito pouco o que se conhece de sua vida, aqui ou em seu país natal. Baldados foram diversos esforços no sentido de se conseguir na Holanda informações maiores sobre ele: “nada souberam além do que os dicionários biográficos informam”.

Sabe-se que nasceu em 1796, provavelmente em Amsterdam; participou de várias exposições entre 1814 e 1832, obtendo alguns prêmios. Pelo “Registro de Estrangeiros no Brasil”, verifica-se que chegou ao Rio de Janeiro no dia 10 de agosto de 1837, acompanhado de sua mulher e uma criada, o que parece indicar, supõe Ferrez, que “aqui chegou com algum cabedal”.

Estabelecendo-se em nossa antiga Capital, pôs-se logo a trabalhar e graças aos catálogos das exposições da Academia Imperial, pode-se acompanhar seu trabalho em diversas mostras.

Supõe ainda Ferrez que

*“a partir de 1850, vendo o sucesso alcançado por álbuns de estampas litografadas, divulgando aspectos curiosos ou paisagens típicas do Rio, mais procurados por forasteiros e o público carioca, teve a idéia de fazer o mesmo, porém em maior escala. Seus desenhos fiéis têm sempre nos*

*primeiros planos, cenas típicas de rua que realçam e dão atmosfera e vida às mesmas”*

E a importância do álbum que então preparou está no conjunto da obra que retrata toda a cidade de seu tempo. Bertichem, afirma ainda Ferrez, pôs nos seus desenhos “grande ênfase na parte arquitetônica como que querendo mostrar o desenvolvimento alcançado até então”.

Suas litografias apareceram em grupos de quatro estampas, e só mais tarde, quando o número já era razoável, foram encadernadas em forma de álbum, que deveria intitular-se **O Brasil pitoresco e monumental**, segundo anúncio do editor Eduardo Rensburgo, no qual, entretanto, nem aparece o nome do autor, o que provocou novo comentário de Gilberto Ferrez: “O que mais impressiona ao estudar a obra deste artista é o completo olvido em que caiu, não se sabendo nem mesmo quando e onde morreu”.

Sabe-se, entretanto, que residiu em Petrópolis, de 1847 a 1853, adquirindo propriedades na rua então chamada “dos Artistas” (a 7 de Abril de hoje), patrimônio que acabou vendendo ao seu editor Rensburgo.

Afinal, foi o álbum publicado em 1856 com o título alterado para **O Rio de Janeiro e seus arrabaldes**, que pareceu ao artista mais adequado que **O Brasil pitoresco e monumental**, tanto mais que, das 47 estampas de que se compõe, apenas uma (que retrata o Palácio Imperial de Petrópolis) não se refere ao Rio de Janeiro. Gilberto Ferrez encerra seu prefácio mencionando as poucas coleções existentes atualmente do precioso álbum; curiosamente, apenas duas ou três com o número total de 47 estampas; as outras todas com número bem menor. A reedição de 1976 tomou como base o exemplar da Biblioteca Nacional e, para as coloridas, o exemplar do Museu Imperial de Petrópolis.

São as seguintes as estampas, na ordem em que aparecem no álbum: 1. Fortaleza de Villegaignon; 2. Paço Imperial; 3. Largo do Paço; 4. Igreja da Cruz (rua Direita); 5. Praça do Comércio (rua Direita); 6. Banco do Brasil; 7. Alfândega (praia dos Mineiros); 8. Igreja da Candelária; 9. Igreja do Convento de São Bento; 10. Arsenal de Marinha; 11. Entrada do Arsenal de Guerra; 12. Palácio do Bispo (Morro da Conceição);

13. Hospital da Santa Casa de Misericórdia (Praia de Santa Luzia); 14. Convento de Santo Antônio; 15. Telégrafo (Morro do Castelo); 16. Igreja dos Ingleses; 17. Passeio público; 18. Convento da Ajuda; 19. Igreja da Glória; 20. Convento de Santa Teresa; 21. Águas Férreas (Laranjeiras); 22. Chácara de Russell (Ladeira da Glória); 23. Hospício de Pedro II (Praia Vermelha); 24. Bica da Rainha (Laranjeiras); 25. Mãe d'Água (Morro de Santa Teresa); 26. Igreja de São Francisco de Paula; 27. Dois Irmãos (Morro de Santa Teresa); 28. Escola Militar; 29. Corpo da Guarda (Morro de Santa Teresa); 30. Clube Fluminense (Praça da Constituição); 31. Jardim Botânico; 32. Cemitério dos Ingleses (Gamboa); 33. Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara; 34. Igreja de N.S. do Socorro (São Cristóvão); 35. Catumbi; 36. Barraca de quitandeira; 37. Floresta virgem; 38. Fábrica da Ponta da Areia; 39. Hospital Marítimo de Santa Isabel; 40. Colégio D. Pedro II e Igreja de São Joaquim; 41. Câmara dos Senadores; 42. Câmara municipal; 43. Museu Nacional; 44. Gasômetro no Aterrado; 45. Chácara do Visconde da Estrela (Rio Comprido); 46. Chácara do Souto (São Cristóvão); 47. Palacete Imperial (Petrópolis). Precedendo as estampas, a reprodução a cores da página-de-rosto da edição original.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: **Rio de Janeiro e seus arredores**. Publicado por E. Rensburg. Rio de Janeiro, 1856. 47 estampas.

Reed.: **O Rio de Janeiro e seus arredores, 1856**. Intr., notas biográficas e texto explicativo de Gilberto Ferrez; versão inglesa de Mary Jessop Dodd Ferrez. Rio de Janeiro, Kosmos, 1976. 8 p., + 47 estampas.





Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referências bibliográficas indicam-se as datas em que foram publicadas.

#### **426. CENTENÁRIO DE UM GRANDE VIAJANTE**

Dentre os grandes viajantes estrangeiros que andaram pelo nosso país no século passado e sobre ele escreveram, um dos mais importantes, pelo valor de sua obra, é “Sir” Richard Francis Burton. Nascido aos 19 de março de 1821, teve vida plena de aventura. Fascinado pelo Oriente, andou pela Índia, Arábia e Pérsia, estudando-lhes a língua e a cultura; serviu nos Dardanelos, por ocasião da Guerra da Criméia; viajou pela África à procura das nascentes do Nilo, o que lhe propiciou descobrir o grande Lago Tanganica; atribui-se-lhe (embora haja dúvidas) a primeira ascensão ao kilimanjaro, o ponto culminante do continente africano; esteve no Paraguai, por ocasião da guerra com nosso país.

Cansado de tantas andanças, decidiu-se a abraçar a carreira diplomática, servindo em Fernando Pó, em Santos, em Damasco e finalmente em Trieste, onde permaneceu até o fim de sua vida, aí falecendo. Versado em línguas, chegou a dominar tão bem o árabe a ponto de traduzir para o inglês o maior monumento da literatura árabe, qual seja a série dos contos das “Mil e uma noites”. E quanto ao português, conheceu-o tão bem que chegou a traduzir para o inglês nada menos que... os “Lusíadas”!

A função consular que exerceu em Santos de 1865 a 1868 propiciou-lhe empreender a longa viagem ao vale do São Francisco, da

qual resultou o grande livro “Explorations of the Highlands of Brazil”, em dois volumes, publicados em Londres em 1869. Aliás, a produção literária de Burton é enorme, pois de todas as suas viagens resultaram livros, além do que escreveu como ficção.

Seu livro sobre o Brasil mereceu duas traduções: a de Américo Jacobina Lacombe, publicada na coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, em três volumes, com o título “Viagens aos Planaltos do Brasil”; e a de David Jardim Filho, publicada pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Universidade de São Paulo), integrando a coleção “Reconquista do Brasil”. Esta última atendeu ao plano da edição original inglesa, em dois volumes, porém o tradutor deu aos volumes títulos diferentes: “Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho”, o primeiro, e “Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico”, o segundo.

Com a tradução de Lacombe aconteceu algo inusitado e inexplicável. O primeiro volume foi publicado em 1941 e os outros volumes só apareceram mais de quarenta anos depois. Nesse lapso enorme deu tempo de aparecer a edição completa da Itatiaia. Mais ainda: quando surgiram o segundo e o terceiro volume da edição Lacombe, já o primeiro encontrava-se esgotado. Não houve senão que reeditá-lo juntamente com os outros. Assim, desse primeiro volume há duas edições, a de 1941 e a de 1983...

## 427. WANDERLEY PINHO

José Wanderley de Araújo Pinho, literariamente conhecido apenas por Wanderley Pinho, que é como assinava seus trabalhos, foi uma das mais expressivas figuras da historiografia brasileira, notadamente no que se refere à Bahia, seu estado natal. Nascido em 1890, descendente de tradicionais famílias, era neto, pelo lado materno, de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, uma das maiores figuras da monarquia. Bacharel em Direito, advogou na Bahia e no Rio de Janeiro, tornando-se posteriormente ministro do Tribunal de Contas da Bahia, cargo em que se aposentou. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja

vice-presidência ocupou por muitos anos. Como político, foi deputado federal em várias legislaturas e prefeito da capital baiana. Faleceu no Rio de Janeiro em 1967.

Seus primeiros trabalhos de investigação histórica datam de 1930: “Política e políticos do Império” e “A Sabinada”. Em 1933, num dos primeiros volumes da preciosa e conceituada coleção “Brasíliana”, reuniu as cartas de D. Pedro II ao Barão de Cotegipe, prefaciando-as e anotando-as. A esta mesma coleção pertence também um dos seus mais importantes trabalhos: “Cotegipe e seu tempo”, publicado em 1937. Biografando seu antepassado, não fez simples biografia mas excelente estudo da época em que viveu Cotegipe. Pena não houvesse completado a obra. O livro cuida de Cotegipe até 1867. Ora, desta data e até as vésperas da proclamação da República, que foi quando faleceu, é que se situa a mais destacada atuação do estadista baiano no cenário político nacional. É desta fase, por exemplo, sua atuação como plenipotenciário no Prata e como presidente do Conselho de Ministros, cargo em que teve de enfrentar dois dos mais graves problemas da Monarquia: o Abolicionismo e a Questão Militar. Mas, mesmo incompleta, “Cotegipe e seu tempo” é obra indispensável para o estudo do Segundo Reinado.

De 1942 data sua obra, sob certos aspectos a mais importante: “Salões e Damas do Segundo Reinado”, de grande interesse para a história social e, a bem dizer, livro único em nossa bibliografia histórica. De 1946 é a “História de um Engenho do Recôncavo”, obra resultante de um concurso promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Trata-se de exaustiva monografia sobre um dos mais importantes engenhos baianos, alicerçada em sólida e variada documentação, especialmente de arquivos de família.

Oliveira Viana, que integrou a comissão julgadora em que a obra foi premiada, exarou sobre ela o seguinte parecer: “Não conheço em nossas literatura histórica nada que se compare a este trabalho pela densidade da documentação e pela vivacidade da exposição e do comentário. É um mergulho dos mais fundos até hoje realizados nas fontes de nossa história local e regional”. Desta obra, publicou-se em 1982 uma reedição, abundantemente anotada, integrando a já citada coleção “Brasíliana”.

Haveria muito mais que dizer da obra do historiador baiano. Creio, porém, que o relatado é suficiente para mostrar o caráter e o sentido de sua produção”.

## 428. RELATÓRIO CONFIDENCIAL

Ao ser novamente eleito para a presidência da República, em 1918, encontrava-se o Conselheiro Rodrigues Alves um tanto afastado das lides públicas, pela saúde bastante agravada nos últimos anos. Tanto, que nem chegou a assumir o governo, pois faleceu em janeiro daquele mesmo ano. Pôs-se o conselheiro a procurar alguém que pudesse auxiliá-lo na perscrutação das necessidades do país, a fim de que seu governo pudesse apoiar-se em dados firmes e positivos e assim realizar de 1918 a 1922 - prouvesse a Deus - governo tão eficiente como o do quadriênio de 1902 a 1906.

Difícil encontrar alguém nessas condições, em momento tão delicado para o país, com perspectivas imensas a abrirem-se para o futuro e ao mesmo tempo com nuvens tão carregadas em vista das conseqüências que a guerra ocasionara, fazendo prever aquilo que, trinta anos mais tarde se repetiria, isto é, que ganhar a paz é muito mais difícil do que ganhar a guerra.

O homem capaz de manifestar-se sobre a situação do país, tão sensata e criteriosamente como o momento o exigia, encontrou Rodrigues Alves em Pandiá Catógeras. O relato confidencial que Calógeras apresentou ao Conselheiro sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil veio a constituir um dos grandes trabalhos existentes sobre o nosso país. Dado seu caráter confidencial, permaneceu inédito por muitos anos, vindo, afinal, a ser publicado em 1933 com o título “Problemas de Administração”, na preciosa coleção “Brasíliana” (volume 24) da Companhia Editora Nacional, de São Paulo.

Depois de analisar a situação do país e sugerir meios para resolvê-la, concluía afirmando o que era necessário para conseguir as soluções que preconizava. E o quadro que debuxou calhava-se

perfeitamente à personalidade do velho Conselheiro. Ao chefe da nação devia-se pedir total abnegação e patriotismo sem mescla, mas, acima de tudo, “trabalho e ação em vez de palavreado sonoro e vazio e de cortejo à popularidade”. Persuadido de que se estava atravessando um dos períodos mais difíceis para todo o mundo, julgava que havia cessado “a fase da declamação para surgir o pleno domínio da ação e da energia”.

Verdade ou lenda, dizia-se que Rodrigues Alves pretendia oferecer a Calógeras o ministério da área em que ele se revelasse mais capacitado. E não houve o que escolher, pois Calógeras demonstrara total conhecimento da situação brasileira, em todos os setores. Isto acabou não tendo nenhuma importância, pois, como já se disse, Rodrigues Alves não chegou a assumir o governo. E Pandiá Calógeras, que já havia sido ministro da Fazenda e da Agricultura no quadriênio anterior (de Wenceslau Brás), seria dentro em pouco ministro da Guerra no período presidencial de Epitácio Pessoa, único civil até hoje a exercer tal cargo em nossa centenária República.

A verdade é que o “relatório confidencial” de Calógeras aí está para quem quiser consultá-lo. E não fará mal a ninguém relê-lo depois de mais de setenta anos. É pena que, não tendo sido reeditado, encontre-se hoje na categoria das obras raras.

## 429. DO ROMANCE À ÓPERA

Já tem mais de cem anos a edição que possuo da tradução portuguesa de “Linda de Chamounix”, o “grande romance” (como se lê na página de rosto) de D’Ennery, traduzido por A.M. Cunha e publicado em Lisboa em 1889. Nunca tive oportunidade de ver – já nem digo ler – a obra original “A la grâce de Dieu”, aparecida em 1841.

Bastante renomado em seu tempo, Adolphe Philippe (verdadeiro nome do autor) publicou numerosos livros, todos com o pseudônimo de Dennery (a partir de um certo momento preferiu alterar a grafia para D’Ennery), mas caiu no esquecimento a ponto de mal figurar (ou nem figurar) nas histórias da literatura ou nas enciclopédias. E se sua obra

ainda é lembrada é mais pela ópera que Donizetti compôs sobre libreto extraído de um de seus livros, precisamente o que constitui objeto desta nota.

Como título, “Linda de Chamounix” apareceu pela primeira vez no referido libreto, de autoria de Caetano Rossi, para a ópera que teve sua “première” em Viena, em 19 de maio de 1842, e foi, pode-se dizer, o primeiro grande sucesso do compositor bergamasco. O libreto, obviamente, não poderia comportar todo o romance. Para ele, foram escolhidas as cenas consideradas mais expressivas. Aqui, a primeira dificuldade. Poder-se-á dizer que “A la gloire de Dieu” é um vasto painel, comportando vários romances paralelos, modalidade muito em voga na ocasião, mas que praticamente desapareceu por muito tempo, e está voltando em alguns romances modernos. Fica difícil ao leitor meio desatento acompanhar corretamente a trama sem se perder.

Não sei até que ponto “Linda de Chamounix” interessará a um leitor de hoje. No entanto, há nele cenas magistrais: as descrições das nevasdas, a peregrinação anual dos jovens saboianos a Paris a fim de ganhar algum dinheiro para minorar a situação de penúria em que viviam em suas aldeias, a criminosa exploração das crianças em Paris por agenciadores inescrupulosos (e Garrigou é bem o exemplo dessa canalhice...), o cerco impiedoso à pobre Maria (a “Linda”) e o esforço desta para desvencilhar-se de seus importunos assediadores, o ambiente cortezão de algumas casas da nobreza francesa, toda a trajetória romântica de André/Arthur, as manifestações folclóricas dos saboianos, os julgamentos dos tribunais, a loucura de Maria/Linda, o retorno à aldeia, a “redenção pelo amor” (quase um tema wagneriano...) e finalmente as cenas da Revolução Francesa com a fuga dos protagonistas do longo drama para a aldeia de Chamounix. É neste final, que aparece pela primeira vez o nome de Maria associado à aldeia. “Linda” já era o seu apelido, residindo agora em Chamounix, ela se torna a “Linda de Chamounix”.

E as cenas paralelas nos levam a um duelo à beira dum lago, à fuga marítima de um dos protagonistas do porto de Toulon, em embarcação que pretendia salvar náufragos franceses nos Calápagos, mas que... fica

pelo Chile, onde combate com os araucanos. É cinematográfico demais para um romance ou, melhor, um “vaudeville” do século XIX.

Talvez seja a linda ópera de Donizetti (“linda” em todos os sentidos) o primeiro caso de um melodrama composto e encenado quase “em cima” do romance que a inspirou. Logo no ano seguinte ao do aparecimento do livro. O interesse despertado pelo romance certamente terá justificado a composição de uma ópera, que alcançou enorme êxito e cujo papel-título tornou-se “piècede resistance” das maiores sopranos do mundo. Sem querer fazer trocadilho, poder-se-á dizer que com os nomes de suas intérpretes nesses quase duzentos anos que nos separam da estréia, se formará um riquíssimo album de “Lindas” maravilhosas.



## **CENTROS UNIVERSITÁRIOS**

### **CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**

Faculdade de Análise de Sistemas  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Faculdade de Engenharia Ambiental  
Faculdade de Engenharia Civil  
Faculdade de Engenharia de Computação  
Faculdade de Engenharia Elétrica  
Faculdade de Geografia  
Faculdade de Matemática  
Faculdade de Química

### **CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA**

Faculdade de Ciências Biológicas  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas  
Faculdade de Enfermagem  
Faculdade de Fisioterapia  
Faculdade de Fonoaudiologia  
Faculdade de Medicina  
Faculdade de Nutrição  
Faculdade de Odontologia  
Faculdade de Psicologia  
Faculdade de Terapia Ocupacional

### **CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**

Faculdade de Administração  
Faculdade de Ciências Contábeis  
Faculdade de Ciências Econômicas

### **CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Faculdade de Biblioteconomia  
Faculdade de Educação  
Faculdade de Educação Física  
Faculdade de Serviço Social

### **CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

Faculdade de Artes Visuais  
Faculdade de Jornalismo  
Faculdade de Letras  
Faculdade de Publicidade e Propaganda  
Faculdade de Relações Públicas  
Faculdade de Turismo

### **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas  
Faculdade de Ciências Sociais  
Faculdade de Direito  
Faculdade de Filosofia  
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing

Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311

*E-mail:* editora@beccari.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda

Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835

*E-mail:* flamboyant@dglnet.com.br

